



**DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território
e do Desenvolvimento Regional**

**DEBATE SOBRE O FUTURO DO ORÇAMENTO
DA UNIÃO EUROPEIA (ÓPTICA DA DESPESA)
– EXERCÍCIO DE *SCANNING* DO AMBIENTE
CONTEXTUAL**

Documento de Trabalho N.º 7/2008

António Alvarenga
Nuno Alves

Lisboa

Outubro de 2008

FICHA TÉCNICA

Título: Debate sobre o Futuro do Orçamento da União Europeia (óptica da despesa)
– exercício de *scanning* do ambiente contextual

Autores: António Alvarenga (antonio@dpp.pt)ⁱ
Nuno Alves (nunoalves4@hotmail.com)ⁱⁱ

Editor: Departamento de Prospectiva e Planeamento
e Relações Internacionais

Av. D. Carlos I, 126
1249-073 Lisboa
Fax: (351) 213935208
Telef: (351) 213935200
E-mail: dpp@dpp.pt
www.dpp.pt

Disponível em www.dpp.pt

Edição electrónica: Divisão de Informação e Comunicação

ÍNDICE

Introdução	3
1. Breve Nota Metodológica	6
2. O Orçamento da União Europeia	8
3. O Futuro do Orçamento da União Europeia: Análise das Tendências Identificadas e suas Implicações	11
3.1. Energia	11
3.2. Globalização/Mundialização	12
3.3. Alterações Climáticas e Sustentabilidade	14
3.4. Segurança	15
3.5. Migrações	16
3.6. Alterações Demográficas	17
3.7. Desenvolvimento Tecnológico	18
3.8. Recursos Naturais	19
3.9. Presença e Papel da União Europeia no Mundo	21
3.10. Pobreza e Polarização Social	22
3.11. Emergência de novas Economias	23
3.12. Alargamentos da União Europeia	24
3.13. Outras	24
Conclusão	26
Anexo: Tendências Agrupadas por Grandes Temas	29
Referências	51

ⁱ António Alvarenga (antonio@dpp.pt) é técnico superior principal do DPP, desempenhando funções na Direcção de Serviços de Prospectiva Estratégica (DSPE), onde se especializou nas áreas da Prospectiva Estratégica e dos Assuntos Europeus. Tem experiência de coordenação de projectos e *workshops* em técnicas e métodos de Prospectiva Estratégica e construção e Planeamento por Cenários. Licenciou-se em Economia pela FEP - Porto e concluiu o DEA em Estudos Económicos Europeus do Colégio da Europa (Bruges). Encontra-se actualmente a trabalhar no Doutoramento na Universidade Jean Moulin Lyon 3 na área da Prospectiva Estratégica.

ⁱⁱ Nuno Alves (nunoalves4@hotmail.com) licenciou-se em Economia no ISCTE – Lisboa e encontra-se actualmente a frequentar o Mestrado de Economia Monetária e Financeira, também no ISCTE. Colaborou com o DPP no âmbito do seu estágio curricular.

INTRODUÇÃO

Em Setembro de 2007 a Comissão Europeia (CE) lançou um debate sobre o médio/longo prazo (pós-2013), alargado e “sem tabus” sobre o futuro do orçamento da União Europeia (UE), no quadro de uma reflexão sobre as políticas europeias e o papel da UE no mundo.

Apesar de ofuscado por questões institucionais (“não” irlandês ao Tratado de Lisboa), económicas (fraco crescimento económico, crise financeira, inflação, etc.) e geopolíticas (relações com a Rússia, Médio Oriente, Kosovo, China e o Tibete, etc.), este debate fornece informações privilegiadas relativamente aos “modelos mentais” dos actores e aos interesses em jogo quando se fala do futuro da UE.

Este trabalho tem como finalidade estudar o referido debate, tentando **identificar as tendências subjacentes aos posicionamentos que foram sendo avançados por alguns dos principais actores neste debate**. Desde o lançamento do debate vários Estados-Membros e outras identidades deram os seus contributos em relação aos caminhos de reforma do orçamento da UE, incorporando nas suas narrativas argumentos baseados na identificação dos grandes desafios que a UE enfrenta no presente e potencialmente enfrentará no futuro, num contexto marcado pela diversidade e por mudanças estruturais.

No entendimento da CE, esta reapreciação do orçamento comunitário surge da necessidade de uma profunda modernização da UE num contexto em que a Globalização comporta novos desafios que a UE precisa de enfrentar e em que forças como as alterações climáticas, a dependência energética, o aumento dos fluxos migratórios, as alterações demográficas, a segurança e a emergência de novas economias tornam indispensável aproveitar esta oportunidade para reformar um orçamento cuja estrutura-base corresponde a políticas concebidas há mais de 20 anos. Não só os desafios e as exigências ao nível das políticas são hoje muito diferentes como a geografia e a dimensão da UE, com sucessivos alargamentos, se alterou profundamente. Considerando o seu impacto muito significativo sobre o orçamento da UE, os recentes e futuros alargamentos são um factor particularmente importante neste debate.

É importante salientar que o debate em curso não tem como objectivo definir o próximo quadro financeiro plurianual nem a sua estrutura, mas sim identificar quais devem ser as prioridades da UE a médio/longo prazo, orientando as suas políticas (e o seu orçamento) para essas mesmas prioridades. Os intervenientes neste debate foram convidados pela CE a identificar quais as prioridades a ter em conta no quadro dos grandes desafios enfrentados pela UE, analisando as respectivas implicações nas vertentes financiamento e despesa do orçamento comunitário.

É neste contexto que este debate é considerado como inovador e uma oportunidade única para mudar a estrutura do orçamento comunitário, instrumento de grande importância prática e simbólica para a UE, contribuindo para a realização dos objectivos das suas políticas, para a sua modernização e para a maximização, a longo prazo, dos impactos das suas acções.

Apesar de, tal como referido, o debate sobre o futuro do orçamento da UE ser sobre as duas ópticas do orçamento (financiamento e despesa), **este *working paper* apenas incidirá na óptica da despesa e sob um ponto de vista particular: quais as tendências e desafios identificados pelos actores em diálogo e as respectivas ligações às políticas da União e ao seu orçamento ao nível da despesa.**

Como veremos, este “olhar” sobre os posicionamentos de alguns dos principais actores no debate permite isolar as narrativas utilizadas relativamente às tendências e desafios que sustentam as respectivas tomadas de posição. Ao longo deste *working paper* serão identificados 12 grandes desafios que emergem de uma leitura global dos posicionamentos dos actores (governos, instituições várias, especialistas, etc.), reflectindo, em grande parte, a forma como os europeus olham para o mundo e “exigindo” acção por parte da UE:

1. A **Energia**, nas suas vertentes de sustentabilidade e segurança energéticas (ver 3.1.);
2. A **Globalização/Mundialização**, entendida como o processo de integração global, permeabilidade de fronteiras, liberalização e interdependência (ver 3.2.);
3. As **Alterações Climáticas e a Sustentabilidade**, entendidas como o conjunto de desafios ligados ao aquecimento global, à poluição, à desflorestação, ao aumento da ocorrência de catástrofes naturais, etc. (ver 3.3.);
4. A **Segurança**, interna e externa (ver 3.4.);
5. As **Migrações**, nas suas diversas facetas (ver 3.5.);
6. As **Alterações Demográficas**, ligadas, entre outros factores, ao envelhecimento das sociedades europeias (ver 3.6.);
7. O **Desenvolvimento Tecnológico**, no que comporta de oportunidades de desenvolvimento e de melhoria dos níveis de vida mas também de riscos (exclusão, segurança, privacidade, etc.) (ver 3.7.);
8. Os **Recursos Naturais**, cada vez mais procurados, mais escassos (em muitos casos) e mais caros (ver 3.8.);
9. A **Presença e o Papel da UE no Mundo**, sempre oscilante entre a lenta construção de um lugar específico para a UE nas relações internacionais e a existência de interesses (e ambições) distintos no seio da UE (ver 3.9.);

10. A **Pobreza e a Exclusão Social**, com os desafios que trazem não só no seio da UE mas também na sua responsabilidade como actor global (ver 3.10.);
11. A **Emergência de novas Economias**, com China e Índia marcando uma nova realidade geo-económica internacional (secundados por Rússia, Brasil e outros) (ver 3.11.);
12. Os **Alargamentos da UE**, até onde e como? (ver 3.12.)

Para além desta introdução e enquadramento do trabalho, este *working paper* comporta três partes e um anexo. Numa **primeira parte** é realizada uma breve introdução metodológica ao *Scanning* e apresentadas algumas definições de base. Na **segunda parte** é realizada uma síntese do que é, como funciona e quais as componentes fundamentais da despesa no orçamento da UE. A **terceira parte** constitui o bloco central deste trabalho. Com base nos 12 grandes temas já referenciados (e uma categoria residual: “Outras”) aglutinadores das tendências e desafios identificados pelos actores do debate são trabalhadas as prioridades para a acção da UE identificadas pelos actores, bem como um conjunto de potenciais implicações para a evolução das políticas e da despesa orçamental da UE. Este trabalho é realizado com base numa leitura e interpretação da informação organizada no Anexo. A **“Conclusão”** apresenta algumas reflexões finais e uma leitura global dos possíveis impactos das tendências e desafios identificados sobre o orçamento da UE na óptica da despesa.

1. BREVE NOTA METODOLÓGICA

Ainda que de forma introdutória, parece-nos importante fazer uma referência ao método utilizado neste trabalho. De uma forma muito simples poderíamos dizer que **este *working paper* reporta um trabalho de *scanning* sobre diferentes exercícios de *scanning***. Ou seja, foi realizada uma leitura e sistematização (alargada mas não exaustiva, tratando-se de um trabalho em curso) dos posicionamentos dos actores neste debate (ver Anexo) com foco nas tendências e desafios por eles identificados como marcantes para o futuro da UE, influenciando as suas políticas e o seu orçamento na óptica da despesa. Este é o processo de *scanning* que apresentamos neste trabalho. Trata-se de um “*scanning* sobre diferentes exercícios de *scanning*” porque, de forma mais ou menos estruturada, abrangente e sistemática, todos os actores que se posicionaram face ao futuro do orçamento da UE com base na identificação de tendências e desafios procederam à selecção das forças que consideraram mais relevantes.

O carácter central da compreensão do contexto estratégico já era identificada nos anos 60 por Emery e Trist (1965, p.21):

“A main problem in the study of organizational change is that the environmental contexts in which organizations exist are themselves changing, at an increasing rate, and towards increasing complexity. This point, in itself, scarcely needs labouring. Nevertheless, the characteristics of organizational environments demand consideration for their own sake, if there is to be an advancement of understanding in the behavioural sciences (...)”.

O “*Environmental Scanning*” (ou “*Horizon Scanning*”) consiste na aquisição e utilização de informação sobre eventos, tendências e relações no ambiente externo das organizações, (ou territórios, ou países), sendo esse trabalho útil para que estas possam agir sobre o seu futuro e tomar decisões mais informadas. Ou seja, o actor analisa o seu ambiente envolvente para compreender melhor as forças externas de mudança e assim conceber e implementar respostas mais eficazes com o objectivo de melhorar a sua posição estratégica. Desta forma pode-se dizer que o *Scanning* tem como principais objectivos diminuir a surpresa estratégica, identificar ameaças e oportunidades, ganhar vantagens competitivas, melhorar o desempenho, a qualidade da decisão e os processos de planeamento e contribuir para a aprendizagem organizacional e a agilidade estratégica. Muita da capacidade de um actor ser bem sucedido no seu meio envolvente depende do conhecimento que tem e da interpretação que faz das forças externas, sejam elas tendências pesadas, tendências, incertezas, incertezas cruciais, *wild cards* ou *weak signals* (sinais fracos). Tendo particularmente em consideração que estamos perante processos que são crescentemente interactivos e realizados em equipa, a linguagem é muito importante, sendo necessário definir e perceber as diferentes implicações das categorias mencionadas.

O *Scanning* inclui tanto a observação directa como a pesquisa secundária. Como diferentes actores operam em ambientes diferentes e têm culturas e naturezas diversas,

é normal (e conveniente) que os processos de *scanning* utilizados também sejam diferentes. Existem três tipos de informação em processos de *scanning*: a que é necessária, a que é procurada e a que é utilizada. A primeira refere-se à incidência e ao âmbito do *scanning*, permitindo saber em que sectores o *scanning* deve ser mais intenso. A segunda tem a ver com as fontes que são utilizadas para estudar o ambiente e os sistemas para a sua monitorização, bem como os métodos de *scanning* implementados pela organização. Por último, o terceiro tipo de informação tem a ver com aquela que é usada para tomar decisões, planear estratégias, ou reduzir equívocos (ver, por exemplo, Choo, 2001).

Existem diferentes técnicas de (modos de fazer) *scanning*, mais ou menos interactivas, mais ou menos “pesadas”, mais quantitativas ou mais qualitativas. Gordon e Glen, no capítulo dedicado ao *Environmental Scanning* na colectânea que editaram de métodos de Prospectiva/*Foresight* no âmbito do *Millenium Project* do ACUNU – *American Council for The United Nations University (s/data)*, avançam com alguns exemplos: painéis de peritos, revisão e trabalho com bases de dados, pesquisas na internet, revisão e trabalho com publicações, ensaios sobre questões específicas realizados por peritos, *tracking* de “pessoa-chave” e monitorização de conferências.

O *scanning* do ambiente externo é desenvolvido por regiões e países com objectivos semelhantes ao desenvolvido para as organizações. No entanto, o processo de *scanning* pode ter diferentes focos, problemas ou questões de partida, o que influencia significativamente o tipo de informação a procurar, as fontes, etc.

Neste trabalho, tal como já foi referido, identificaram-se as tendências e desafios identificados por um conjunto de actores participantes no debate sobre o futuro do orçamento da UE, salientando a forma como esses actores ligaram essas tendências e desafios à revisão do orçamento da UE na óptica da despesa. Realizou-se ainda uma “clusterização” e uma análise das tendências identificadas, dando ênfase aos seus impactos potenciais nas políticas europeias e no orçamento da UE na óptica da despesa.

Neste contexto, parece-nos igualmente importante clarificar a definição de “tendência”. Schwarz (2005) distingue a versão clássica da versão moderna, sendo que na acepção “clássica” uma tendência representa uma mudança fundamental na sociedade durante um período de tempo prolongado, enquanto na acepção “moderna” uma tendência é considerada como um fenómeno de curto prazo. Para Liebl (2000)¹, uma tendência representa uma relação ou uma associação entre contextos que antes estavam separados. O exemplo apresentado é o dos *Sport Utility Vehicles* (SUVs). Para efeitos operacionais optámos, neste trabalho, pela definição “clássica” referida por Schwarz (2005). Em termos operacionais utilizamos ainda o conceito mais abrangente de “desafio”, não só por permitir englobar forças que, à partida, poderão não ser classificadas como tendências mas também por ser um conceito muito utilizado, por exemplo, nas intervenções da CE.

¹ Citado em Schwarz (2005).

2. O ORÇAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA

Nesta parte, como já foi referido, pretende-se, de forma muito breve, explicar o que é e como funciona o orçamento da UE e identificar as principais componentes da despesa tendo o actual quadro financeiro plurianual da UE como referência. Assim, são apresentados de seguida os princípios pelos quais o orçamento se deve reger, as principais instituições responsáveis pelo orçamento e, finalmente, as formas de financiamento e a actual estrutura das despesas da União.

Entre os princípios que regem o orçamento da UE contam-se os seguintes:

- ◆ O princípio da unidade: o conjunto das receitas e das despesas é reunido num só e único documento;
- ◆ O princípio da anualidade: as operações orçamentais referem-se a um exercício anual;
- ◆ O princípio do equilíbrio: as despesas não devem exceder as receitas².

As principais instituições envolvidas no processo orçamental da UE são a CE, que elabora o orçamento, e o Conselho Europeu e o Parlamento Europeu, que posteriormente o aprovam em conjunto. Em caso de não concordância, o Parlamento Europeu tem a última palavra, isto é, pode aprovar ou rejeitar o orçamento na sua globalidade. O orçamento só entra em vigor após a assinatura do Presidente do Parlamento Europeu. O Tribunal de Contas está encarregue de verificar a boa execução do orçamento da UE, isto é, de examinar a legalidade e a regularidade das despesas e receitas e garantir a boa gestão financeira³.

Existem quatro tipos fundamentais de recursos próprios: os direitos agrícolas, os direitos aduaneiros, o recurso Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e o recurso Rendimento Nacional Bruto (RNB). Actualmente, o recurso que mais contribui para o financiamento do orçamento da UE é o recurso RNB, sendo que os restantes têm pesos bem menos significativos.

Os **direitos agrícolas e aduaneiros** foram os primeiros recursos a ser criados para o financiamento do orçamento comunitário, sendo por isso apelidados de “recursos tradicionais”. Basicamente, estes direitos resultam de taxas que incidem sobre a importação de bens, sendo os direitos agrícolas para bens agrícolas e os aduaneiros para os restantes bens. Existem ainda as chamadas quotizações sobre produtos de açúcar, de isoglucose e de xarope de inulina que resultam de taxas que incidem sobre os produtos de açúcar internos.

² Com base em Comissão Europeia (s/data a).

³ Para mais informação sobre as instituições europeias ver Comissão Europeia (s/data b).

O **recurso IVA**, criado em 1970 e aplicado em 1980, teve como objectivo satisfazer as necessidades do orçamento comunitário, uma vez que os recursos tradicionais começavam a revelar-se insuficientes. Este recurso consiste numa taxa uniforme que incide sobre a matéria colectável de cada Estado-Membro.

Quanto ao **recurso RNB**, criado em 1998, teve como objectivo substituir o recurso IVA na função de garantia do equilíbrio financeiro, resultando da aplicação de uma taxa sobre o RNB de cada Estado-Membro. Várias derrogações/excepções foram, entretanto, criadas sendo a mais famosa de entre elas o chamado “cheque britânico”.

Para além destes quatro recursos, existem ainda outras formas de financiamento da UE como os impostos e taxas que são cobrados sobre os rendimentos dos funcionários das instituições europeias, os juros bancários, as contribuições de países terceiros para determinados programas comunitários, os reembolsos de ajudas comunitárias não utilizadas, os juros de mora e o excedente orçamental, caso exista⁴.

Para finalizar esta breve introdução ao orçamento da UE vamo-nos referir agora às despesas da UE, as quais são inscritas em quadros financeiros plurianuais (abrangem 7 anos) que definem os “tectos” (montantes máximos) por “rubrica” (categorias de despesa) para cada ano. Para lá do limite máximo das despesas totais e do total de cada rubrica, os quadros financeiros plurianuais definem a composição das diferentes rubricas. Actualmente encontra-se em vigor o Quadro Financeiro 2007-2013. Os limites aí previstos para as despesas dividem-se em 5 grandes rubricas (figura 1).

Figura 1: Divisão em Grandes Rubricas da Despesa da UE prevista no Quadro Financeiro 2007-2013



Fonte: Comissão Europeia (s/data c).

⁴ Sobre os recursos próprios ver, por exemplo, Comissão Europeia (2007 a).

A primeira grande rubrica (“Crescimento sustentável e emprego”) subdivide-se em duas partes, a da “Competitividade para o crescimento e o emprego” e a da “Coesão para o crescimento e o emprego”. A primeira engloba o financiamento de iniciativas tomadas a nível europeu em apoio das acções dos Estados-Membros que contribuam para a concretização dos objectivos da Estratégia de Lisboa (investigação e desenvolvimento tecnológico, criação de redes europeias, educação e formação, competitividade e agenda de política social). Já a segunda parte tem como objectivo fundamental a redução das assimetrias a nível europeu, utilizando como instrumentos os Fundos Estruturais (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER e Fundo Social Europeu – FSE) e o Fundo de Coesão.

A segunda grande rubrica é a da “Preservação e gestão dos recursos naturais”, englobando os apoios à agricultura, ao desenvolvimento rural, às pescas e ao ambiente. A Política Agrícola Comum (PAC), uma das Políticas da UE mais emblemáticas e discutidas, faz parte desta rubrica.

Também a terceira grande rubrica (“Cidadania, liberdade, segurança e justiça”) se subdivide em duas: “Liberdade, segurança e justiça” e “Cidadania”. A primeira inclui o financiamento da Política comum (em matéria) de asilo, imigração e controlo das fronteiras, a abordagem conjunta dos problemas transfronteiriços (imigração ilegal, tráfico e contrabando de seres humanos), as abordagens comuns em matéria de luta contra o terrorismo e a criminalidade organizada e a cooperação judiciária em matéria civil e penal. A segunda financia acções específicas em temas tão diversos como iniciativas ligadas à juventude, cultura, saúde, audiovisual, defesa do consumidor, etc.

A quarta rubrica (“A UE enquanto agente mundial”) representa a acção da UE como interveniente a nível mundial e as suas responsabilidades a nível externo. Aqui enquadra-se a vertente externa da Política Externa e de Segurança Comum – PESC e a cooperação para o desenvolvimento e luta global contra a pobreza.

A quinta grande rubrica (“Outras despesas, incluindo as administrativas”) engloba as despesas administrativas e operacionais (“Administração”) e as “Compensações”, onde se encontra, entre outras, a “compensação” (ou cheque) britânica⁵.

⁵ Sobre as despesas da UE ver, por exemplo, Comissão Europeia (2008).

3. O FUTURO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA: ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS IDENTIFICADAS E SUAS IMPLICAÇÕES

Nesta parte, partindo da informação organizada no Anexo, é realizada uma análise por temas aglutinadores das tendências e desafios identificados pelos actores, começando pelos mais referenciados e acabando numa categoria residual com temas pouco referidos.

O objectivo desta parte passa por obter uma visão global das tendências e desafios associados aos vários contributos, identificando as prioridades da UE que foram destacadas e as implicações nas políticas e no orçamento da UE. A recolha de informação subjacente ao processo de *scanning* recaiu sobre um número significativo de documentos (perto de meia centena – ver referências), que incluiu contributos dos governos dos Estados-Membros da UE, das instituições europeias (CE, Conselho Europeu e Comité das Regiões) e de intervenientes individuais (embora com responsabilidades institucionais) como Danuta Hübner (Comissária para a Política Regional) e Dalia Grybauskaitė (Comissária para a Programação Financeira e o Orçamento), personalidades precursoras do debate aqui em análise.

As tendências identificadas apresentam-se agregadas nos temas:

- ◆ Energia;
- ◆ Globalização/Mundialização;
- ◆ Alterações Climáticas e Sustentabilidade;
- ◆ Segurança;
- ◆ Migrações;
- ◆ Alterações Demográficas;
- ◆ Desenvolvimento Tecnológico;
- ◆ Recursos Naturais;
- ◆ Presença e Papel da União Europeia no Mundo;
- ◆ Pobreza e Polarização Social;
- ◆ Emergência de Novas Economias;
- ◆ Alargamentos da União Europeia

3.1. Energia

O tema “Energia” tem particulares pontos de contacto com o tema “Alterações Climáticas e Sustentabilidade”, nomeadamente no que toca à crescente importância da adopção de energias renováveis e seguras que contribuam para a sustentabilidade ambiental, num contexto caracterizado por novos patamares para o preço do petróleo com sérias

consequências nas economias mundiais, entre elas a subida generalizada dos preços dos bens e serviços (colocando em dificuldades muitas empresas e sectores de actividade e contribuindo para o aumento do desemprego).

As principais implicações nas políticas europeias têm a ver, essencialmente, com a mencionada adopção de energias renováveis e seguras (por exemplo, promoção da utilização de biocombustíveis como a biomassa) e a necessidade de garantir um abastecimento sustentável e seguro de modo a reduzir a dependência energética face ao exterior (relacionando-se, no que toca a este último aspecto, com os temas “Presença e Papel da União Europeia no Mundo”, “Emergência de novas Economias” e “Segurança”). Neste contexto, torna-se particularmente importante a construção de redes europeias de energia, de forma a que seja possível realizar transferências de energia entre os Estados-Membros (*Taskforce on the EU Budget Reform – Eslovénia, Dinamarca, Finlândia, Suécia, Hungria, Lituânia, Letónia, Bulgária e Estónia*), e a promoção da eficiência energética (Reino Unido, Alemanha, França, Holanda, Áustria, Malta, *Centre d'analyse stratégique – França, Danuta Hübner, Grécia*).

No que toca à questão da eficiência energética, Áustria e Grécia destacam a necessidade de medidas de sensibilização com vista à produção e consumo de energia mais eficientes e sustentáveis (usar menos energia, garantindo o mesmo valor energético). A Polónia defende, concretamente, que os transportes devem usar fontes sustentáveis de energia, reduzindo a dependência energética face ao exterior e a poluição. O Reino Unido defende a particular importância da liberalização do mercado do gás e da electricidade a nível europeu, de forma a alcançar uma maior competitividade do sector da energia na UE. Para lá de referir as questões da solidariedade entre Estados-Membros e da segurança do abastecimento (respeitando a liberdade nacional de escolha de fornecedores), o Comité das Regiões salienta a posição favorável dos níveis local e regional na promoção da inovação e de mudanças nos comportamentos dos consumidores de energia.

As **implicações orçamentais** deste desafio passam pela concessão de apoios (subsídios, benefícios, etc.) às empresas ou outros agentes que adoptem energias renováveis e pela criação de redes europeias de energia. Tal como no tema “Alterações Climáticas e Sustentabilidade”, a sustentabilidade e eficiência energéticas tenderão a ser cada vez mais tidas em conta nas outras Políticas da UE. Medidas de sensibilização para a eficiência energética também poderão ter algumas **implicações orçamentais** (embora relativamente limitadas).

3.2. Globalização/Mundialização

Um dos temas mais referidos pelos participantes é a Globalização/Mundialização, a qual, de forma muito simples, pode ser definida como o processo de integração económica,

social, política, cultural, etc., caracterizado por uma maior abertura e permeabilidade das fronteiras dos diferentes mercados e das restantes áreas da sociedade, havendo por isso uma maior interdependência entre as várias economias e sociedades mundiais. Em contexto de Globalização/Mundialização, o que acontece numa determinada economia pode ter efeitos sobre o resto do mundo. A recente crise imobiliária e financeira, iniciada nos EUA, constitui um exemplo disso mesmo.

Verifica-se a partir da leitura do Anexo que, de uma forma geral, todos os actores que referiram esta tendência consideram que a principal implicação para a UE é a necessidade de uma aposta numa sociedade com base no conhecimento. É salientada a necessidade de uma aposta na educação e formação profissional, na mobilidade e na aprendizagem ao longo da vida, de modo a promover uma população europeia altamente qualificada. Para tal é ainda necessário promover a igualdade de oportunidades (Áustria), o combate ao desemprego (Áustria) e a inclusão social (Conselho Europeu). A competitividade deverá ser promovida através da Investigação e Desenvolvimento (I&D) e da inovação, apoiando a ciência e a tecnologia, sendo que alguns dos intervenientes defendem explicitamente a aposta na Área Europeia de Investigação Científica (Espanha, Hungria e Lituânia).

Um outro factor muito referenciado é a criação de redes transeuropeias (Itália, Alemanha, Espanha, Portugal, França, Holanda, Áustria, Dinamarca, Suécia, Grécia, Hungria, Letónia, Estónia, República Checa, Malta, *Centre d'analyse stratégique* – França⁶, Primeiro-Ministro (PM) de Portugal e Presidente do Conselho Europeu e Comité das Regiões) com o objectivo de aumentar a competitividade da economia europeia, sendo a coesão europeia um objectivo também ligado a este factor.

Questões como o combate aos efeitos das deslocalizações e realocações (Comissão Europeia, França e *Taskforce on the EU Budget Reform – Eslovénia*), as economias de escala (Dinamarca, Finlândia, Suécia, Chipre e Danuta Hübner) e a aposta numa economia europeia mais moderna e flexível, modernizando as actividades em que a Europa já opera através das novas tecnologias e diversificando mais os sectores de produção (Holanda, Suécia, Danuta Hübner) são igualmente referenciadas, embora por um menor número de intervenientes. O Conselho Europeu salienta o desafio da modernização das universidades e da administração pública.

Quanto às **implicações orçamentais** salientam-se as referências à necessidade de orientar fundos para a componente do conhecimento e da competitividade, investindo mais nas universidades e nas instituições de formação (perseguido o objectivo de dotar

⁶ O *Centre d'analyse stratégique* é um organismo directamente ligado ao PM francês, tendo por missão assistir o Governo francês no que toca à definição e implementação das suas orientações estratégicas em matérias económicas, sociais, ambientais ou culturais (ver <http://www.strategie.gouv.fr/>).

a população europeia de elevados níveis de qualificação) e orientando fundos para a I&D (Espanha, Dinamarca e Lituânia), a inovação (Lituânia), o reforço da coesão e a construção de redes transeuropeias, de modo a promover a competitividade. Já a CE defende a ideia de reforçar o Fundo Europeu para a Globalização, o qual tem como objectivo fazer face aos efeitos negativos da Globalização. Em relação à competitividade, a Alemanha afirma que se deve redireccionar o FEDER para as áreas da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT), da inovação e da sociedade da informação e do conhecimento. Além da aposta na I&D e na inovação, a Lituânia defende o reforço da concessão de empréstimos, bem como do FEI – Fundo Europeu de Investimento, de modo a que os privados, particularmente as Pequenas e Médias Empresas (PME), tenham mais oportunidades para realizar investimentos nas áreas da investigação e da inovação.

3.3. Alterações Climáticas e Sustentabilidade

Um tema amplamente referenciado é o das alterações climáticas e da sustentabilidade, uma das principais preocupações actuais, em conjunto com a questão da dependência energética. As alterações climáticas referem-se fundamentalmente aos problemas climáticos e ambientais em curso, tais como aquecimento global, elevada poluição, desflorestação, diminuição da terra fértil, aumento da ocorrência das catástrofes naturais, etc.

Em termos de implicações nas políticas europeias a maioria dos actores refere as questões da redução da emissão de gases poluentes (através da diminuição das emissões de CO₂ e da adopção de tecnologias mais “amigas” do ambiente), da adaptação às novas condições ambientais e da protecção e sustentabilidade do ambiente. Ou seja, a UE deve promover um desenvolvimento sustentável, isto é, um desenvolvimento que concilie o crescimento económico com a protecção ambiental, tanto a nível intra-geracional como inter-geracional. Daí a necessidade de conciliar a protecção ambiental com as outras políticas europeias, como a PAC, a Política de I&D, a Política de Coesão e a Política de Biodiversidade, entre outras (CE, Alemanha, Espanha, Portugal, Polónia, Hungria, Letónia, Estónia, Roménia e República Checa).

Outras questões igualmente referidas são a protecção da biodiversidade e dos ecossistemas e a gestão sustentável da água e de outros recursos naturais (Alemanha, Portugal, França, *Taskforce on the EU Budget Reform – Eslovénia*, Polónia, Áustria, Dinamarca, Grécia, Hungria, Estónia, Roménia, República Checa, Chipre, Conselho Europeu e Comité das Regiões). O Comité das Regiões defende mesmo que todos os territórios europeus devem estar bem equipados para enfrentar as Alterações Climáticas, possuindo os recursos necessários para prevenir as suas causas e para se adaptarem às suas consequências. Também a questão da captura e armazenamento de carbono (Reino

Unido, Holanda e Escócia) e a da necessidade de combater a desflorestação (Portugal, Polónia e Reino Unido) devem ser assinaladas.

O desenvolvimento rural e a agricultura são também referidos várias vezes (CE, Áustria, Dinamarca, Hungria, Eslováquia, Estónia, Roménia, República Checa, Chipre, Malta e Comité das Regiões). Embora sofrendo o impacto das Alterações Climáticas, as questões da agricultura e da segurança alimentar acabam por estar mais relacionadas com o tema “Recursos Naturais”. A CE, a Letónia, a Estónia e Chipre referem, ainda, a questão das zonas marítimas e dos recursos hídricos. Por último, o Presidente francês Sarkozy salientou a importância do desenvolvimento, na Europa, da exploração de bicarbonatos e biomassas.

Em termos orçamentais, as consequências potenciais passam por apoios/majorações e/ou condicionamentos a empresas ou outros agentes, organizados de forma a fomentar a adopção de tecnologias mais “amigas” do ambiente, contribuir para uma menor produção de CO₂ e promover a protecção e sustentabilidade do ambiente. Isso pode ser alcançado, por exemplo, através do incremento do investimento em I&D nestas áreas, tal como referido pela Polónia. Já a Alemanha considera que os Fundos Estruturais devem ser revistos à luz das preocupações ambientais. E em relação ao desenvolvimento rural e à agricultura, o orçamento poderá dedicar mais fundos a matérias relacionadas com a sustentabilidade e o combate às alterações climáticas, sendo que, segundo vários actores, a PAC e a Política de Coesão devem ser revistas tendo em conta estes objectivos (Espanha, Holanda, Alemanha, Áustria, Dinamarca, Letónia, Estónia, Roménia, República Checa, Malta e Portugal). De referir que questões como a protecção da biodiversidade e dos ecossistemas, a segurança e qualidade alimentares e a gestão sustentável dos recursos naturais são alvo de acção comunitária fundamentalmente a nível legislativo, embora não deixem de ter potenciais **implicações orçamentais** (mas de menor impacto relativo).

3.4. Segurança

O tema “Segurança” está relacionado com as crescentes preocupações, num contexto de significativa instabilidade internacional e aumento do sentimento de insegurança, com a garantia não só da segurança dos cidadãos europeus através do combate ao terrorismo internacional e ao crime organizado, mas também com a manutenção da paz e da estabilidade nos países vizinhos da UE.

A grande maioria dos actores do debate defende uma resposta por parte das políticas europeias que passe pela prevenção de conflitos e reconstrução de zonas pós-conflito, pela promoção da segurança e estabilidade mundiais e pelo combate ao terrorismo e ao crime organizado. Também é referido, com alguma frequência, a necessidade de reforço

da PESC e da Política Europeia de Cooperação e Vizinhança de modo a promover uma maior cooperação na estabilidade e no desenvolvimento dos países vizinhos (*Taskforce on the EU Budget Reform – Eslovénia, Grécia, Lituânia, Letónia, República Checa, Chipre, Malta e Comité das Regiões*).

No que toca ao crime organizado, a Suécia destaca o combate ao tráfico de seres humanos e de drogas e Chipre destaca o combate ao tráfico de armas. A *Taskforce on the EU Budget Reform – Eslovénia* refere os três aspectos. O Reino Unido destaca o tráfico de seres humanos (igualmente referido no tema “Migrações”), o contrabando de drogas e o crime virtual. Relativamente a este último, também referido pelo Conselho Europeu, tem-se assistido a um aumento significativo da sua ocorrência, em contexto de grande desenvolvimento das TIC (Tecnologias de Informação e de Comunicação). O Conselho Europeu destaca ainda outros dois factores: a promoção do desenvolvimento da “e-justice” e a protecção das crianças. Para reforçar a segurança a nível europeu, o Reino Unido, a Holanda, a Estónia e o Conselho Europeu defendem que os Estados-Membros devem reforçar a cooperação policial e judicial através, por exemplo, da troca de informações.

Quanto às **implicações orçamentais**, estas passam pelo reforço dos fundos para a PESC e para a Política Europeia de Vizinhança, promovendo a cooperação com países terceiros e contribuindo para a segurança e estabilidade a nível mundial. O objectivo da cooperação policial e judicial, embora possa ter algumas **implicações orçamentais**, passa sobretudo pela acção legislativa ao nível da UE e pela cooperação entre Estados-Membros.

3.5. Migrações

O tema “Migrações” relaciona-se com os temas “Segurança”, “Alterações Demográficas”, “Presença da União Europeia no Mundo”, “Pobreza e Polarização Social” e “Alargamentos da União Europeia”. Por exemplo, os elevados fluxos migratórios que têm como destino o espaço europeu têm contribuído para aumentar a população dos países europeus, os quais estão a sofrer significativas alterações demográficas (ver, por exemplo, Comissão Europeia 2007b). É neste contexto de forte aumento dos fluxos migratórios para a UE que se nota uma maior preocupação com a necessidade de um maior controlo sobre esses mesmos fluxos.

O combate à imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos (referido no tema “Segurança”), o reforço do controlo das fronteiras e o reforço das políticas comuns de migração, de asilo e de vistos são as questões mais referenciadas pelos actores. A CE chama a atenção para a necessidade de compreensão das causas que originam esses fluxos: guerra, instabilidade e pobreza.

Muitos actores defendem a integração dos migrantes no espaço europeu como política europeia a ser desenvolvida e/ou a necessidade de uma resposta europeia no que toca à gestão dos fluxos migratórios (Itália, Alemanha, Espanha, França, *Taskforce on the EU Budget Reform – Eslovénia*, Grécia e Comité das Regiões). O Comité das Regiões salienta mesmo a necessidade dos actores que enfrentam diariamente situações de emergência contarem com a solidariedade e cooperação europeias. Também referenciadas (embora menos) são o desenvolvimento da cooperação entre os países de chegada e de partida dos migrantes (França e Hungria) e as medidas de adaptação dos migrantes ao mercado de trabalho europeu (Danuta Hübner e Conselho Europeu). E estas políticas são entendidas como particularmente importantes pois a cooperação pode reduzir a pressão migratória ao actuar sobre as causas a ela subjacentes. Por seu lado, a adaptação dos migrantes ao mercado de trabalho europeu é importante para o ajustamento entre as necessidades do mercado de trabalho e as necessidades dos migrantes, procurando-se obter um equilíbrio entre as duas. O Reino Unido salienta, em particular, a importância da UE promover a capacidade de atrair e reter pessoas com qualificações e competências elevadas para conseguir desenvolver uma economia competitiva e dinâmica.

A Roménia refere a importância da UE prevenir problemas como o racismo e a xenofobia, argumentando que com o aumento dos fluxos migratórios também aumenta a probabilidade destes fenómenos ocorrerem. A Grécia também refere esses aspectos.

O conjunto de tendências e desafios agrupados sob o tema “Migrações” não deverá ter impactos muito significativos no orçamento comunitário, uma vez que as grandes questões são sobretudo legislativas e de coordenação entre Estados-Membros. Aspectos ligados à Política de Cooperação e ao controle de fronteiras poderão ser, no entanto, excepções a esta ideia.

3.6. Alterações Demográficas

O tema “Alterações Demográficas” inclui o conjunto de tendências ligadas ao envelhecimento da população europeia, consequência da diminuição das taxas de natalidade e do aumento da esperança média de vida. Os actores identificam a necessidade de medidas que conduzam à renovação demográfica, à sustentabilidade das finanças públicas e a integração dos migrantes. A CE, por exemplo, salienta que a necessidade de renovação demográfica do espaço europeu deve estar ligada à promoção do aumento da natalidade e de vidas mais longas e com melhor qualidade. A CE e a República Checa salientam, ainda, as consequências do envelhecimento na sustentabilidade das finanças públicas dos Estados-Membros (aumento dos custos com as pensões e com a saúde), concluindo pela necessidade de reforma desses sistemas. A questão da sustentabilidade das finanças públicas também é referida por Alemanha e

França. Quanto à integração dos migrantes no espaço europeu, a CE defende o respectivo contributo para o aumento da população europeia. A *Taskforce on the EU Budget Reform – Eslovénia* salienta que as medidas a adoptar devem ser mais abrangentes.

O Reino Unido refere a importância da empregabilidade (através da concessão de seguros, de competências e formação, de ajuda ao desemprego e de serviços de apoio às famílias – ex: “*childcare*”) e da criação de condições para a manutenção de empregos mais qualificados. Além do Reino Unido, também a Roménia levanta a questão da aposta no capital humano e na aprendizagem ao longo da vida, salientando serem estes dois motores essenciais para o processo de transformação da economia europeia numa economia baseada no conhecimento. A Alemanha defende, no actual contexto de alterações demográficas, a necessidade de tornar as regiões europeias mais atractivas, tanto a nível do emprego como do crescimento económico, de forma a aumentar a competitividade e o dinamismo da economia europeia. O Comité das Regiões salienta, por seu lado, a necessidade das autoridades locais e regionais verem reconhecido o seu papel na implementação de medidas de adaptação aos efeitos das alterações demográficas.

Tal como no tema anterior, muitas das acções enunciadas como necessárias para fazer face às alterações demográficas passam, actualmente, pela legislação e/ou pela acção dos Estados-Membros no âmbito das suas competências reservadas. Tal é o caso, por exemplo, das medidas necessárias para assegurar a sustentabilidade das finanças públicas em contexto de envelhecimento e para promover a renovação demográfica. No entanto, é de considerar a possibilidade da UE criar uma nova área no orçamento comunitário dedicada às questões demográficas, por exemplo através da concessão directa de subsídios às famílias na UE. Quanto ao objectivo de tornar as regiões mais atractivas em contexto de alterações demográficas, a Alemanha defende o papel central da Política de Coesão.

3.7. Desenvolvimento Tecnológico

Este tema prende-se com um conjunto de tendências relacionadas com as novas tecnologias, com especial ênfase nas TIC. O fenómeno de terciarização e concentração no conhecimento e na tecnologia das principais economias do mundo, equiparável à Revolução Industrial em termos de transformação das estruturas socioeconómicas (ver, por exemplo, Comissão Europeia 2007b) torna urgente a promoção da adopção generalizada de novas tecnologias e métodos de comunicação (Alemanha, República Checa e Chipre), fortalecendo as bases tecnológicas, informacionais e comunicacionais da UE.

É imperativo para a Europa recuperar o atraso tecnológico face aos EUA e ao Japão, e mesmo, em determinadas áreas, face à Índia e à China, permitindo-lhe competir para aproveitar as oportunidades decorrentes das tecnologias emergentes (Danuta Hübner). Esta questão do atraso tecnológico foi igualmente levantada por *Taskforce on the EU Budget Reform – Eslovénia* e pela Grécia, sendo que esta última defende não só ações para reduzir o *gap* tecnológico face ao exterior mas também o que existe no interior da própria UE. Este *gap* interno foi também salientado por Chipre. Neste contexto, surge a necessidade de investimento em I&DT e inovação tecnológica (Alemanha, Portugal, *Taskforce on the EU Budget Reform – Eslovénia*, Grécia e Espanha). Para lá da ideia de alargamento da base tecnológica da UE, a Espanha salienta ainda a necessidade do orçamento da UE corresponder às particulares necessidades tecnológicas das PME's.

De referir que o tema “Desenvolvimento Tecnológico” funde-se com outros temas e tendências dando lugar a novos desafios, oportunidades e riscos. Por exemplo, a Alemanha defende o desenvolvimento dos conceitos de “e-borders” e de “e-justice”. França e Conselho Europeu defendem a aposta numa política espacial, salientando os seus impactos no aumento da I&D e da inovação, na eficiência económica, na competitividade e na criação de emprego altamente qualificado, permitindo oferecer serviços inovadores (telecomunicações, posição geoestratégica, observação da Terra) e satisfazer necessidades comuns (conhecimento do clima, gestão de crises, vigilância do espaço).

Em termos do orçamento comunitário, a UE tenderá a disponibilizar fundos para apoiar e promover a I&D e a inovação, para “preencher” o *gap* tecnológico (face ao exterior e, eventualmente, também o interno) e reforçar a sua competitividade. Também é expectável mais investimento por parte da UE na Área Europeia de Investigação e na Política Espacial europeia, tendo em conta os efeitos de arrastamento referidos.

3.8. Recursos Naturais

O tema “Recursos Naturais” está relacionado com o aumento da procura/pressão sobre esses recursos que comporta, entre outras consequências, o aumento dos preços dos produtos que os utilizam. Esta tendência está ligada ao tema “Emergência de novas Economias” pois os respectivos processos de industrialização, urbanização e motorização levam a um aumento da corrida aos recursos e, conseqüentemente, ao aumento dos respectivos preços e dos preços dos produtos que utilizam esses mesmos recursos. Esta situação é clara quando se constata os novos patamares alcançados pelos preços do petróleo e da generalidade das matérias-primas e dos produtos alimentares.

A grande maioria dos actores referiu a necessidade de adaptação das políticas europeias a estas mudanças estruturais, com destaque para a PAC (a qual também sofre o forte

impacto de outras forças como as subjacentes aos temas “Globalização/Mundialização” e “Alterações Climáticas e Sustentabilidade”. A Lituânia defende que a UE deve apostar na competitividade ao nível das matérias-primas e dos produtos agrícolas, sendo que vários países consideram que a UE deve reforçar o seu aprovisionamento alimentar (Portugal, Luxemburgo e Chipre) e apostar na segurança e qualidade alimentar (Lituânia, Chipre, Holanda, França, Itália e Polónia), particularmente importante tendo em conta que as novas condições mundiais de circulação de pessoas e bens provocam um aumento de epidemias e de epizootias, ou seja, há uma maior facilidade de propagação das doenças e epidemias (Portugal). A França reforça a ideia que a Europa deve produzir internamente os produtos alimentares de que necessita em vez de os importar, reduzindo, assim, a probabilidade de ocorrência de doenças e infecções por via da alimentação⁷. Também a Itália defende a ideia de tornar a agricultura europeia mais competitiva e de garantir uma produção agrícola de elevada qualidade, tendo em conta a protecção ambiental, a protecção dos consumidores e a segurança alimentar. A Roménia considera igualmente que a PAC deve ser reforçada, salientando, no entanto, que deve ter em conta as características dos novos Estados-Membros de forma a reduzir as desigualdades que existem no espaço europeu a nível agrícola e contribuindo, desta forma, para uma agricultura europeia mais competitiva e dinâmica. O Comité das Regiões salienta a necessidade da Europa ter uma agricultura sustentável, diversificada, competitiva e moderna, assegurando a segurança e a preferência alimentar europeia, mantendo a respectiva presença no comércio mundial e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida (actual e das futuras gerações, com especial ênfase na qualidade de vida rural na Europa), para a luta contra o aquecimento global e para a preservação do ambiente e da biodiversidade.

Tal como noutros casos, este tema parece comportar importantes implicações políticas (coordenação entre Estados-Membros) e legislativas e não apenas orçamentais. No entanto, devem ser salientados os impactos potenciais na PAC, uma das Políticas Comuns mais simbólicas e certamente a mais contestada pelas suas **implicações orçamentais** e impactos nos mercados europeus e internacionais. De facto, após um período em que se anunciava como certo o fim do peso orçamental tradicional da PAC, ela ressurgiu (embora com as necessárias alterações) como política central em contexto de acérrima competição global pelos recursos naturais (incluindo os alimentares), combate à desertificação e às alterações climáticas e competição pelas energias (incluindo os biocombustíveis).

⁷ O tema das doenças e sua propagação é explorado na categoria residual “Outras”.

3.9. Presença e Papel da União Europeia no Mundo

A UE é um actor com intervenção a nível global, sendo crescentes as suas responsabilidades e o seu envolvimento com o exterior. No que toca à “Presença e Papel da UE no Mundo” e às suas relações externas, é salientada pelos actores no debate a sua participação em processos de estabilização da paz (particularmente em países vizinhos) e de ajuda humanitária.

Quanto à estabilização da paz, os actores centram as suas preocupações no reforço da Política Europeia de Vizinhança visando a promoção da estabilidade e da paz nos países vizinhos, por exemplo nos Balcãs e no Médio Oriente (Reino Unido), através de incentivos ao seu desenvolvimento e crescimento económico. O Reino Unido e a *Taskforce on the EU Budget Reform – Eslovénia* salientam ainda a importância de incutir mais dinamismo nos processos de adesão à UE dos países vizinhos no espaço europeu. O Comité das Regiões também refere a importância da Política Europeia de Vizinhança, juntando-lhe a necessidade de levar a cabo projectos conjuntos com parceiros mais distantes e uma ênfase especial na cooperação transfronteiriça e nas contribuições transnacionais e desconcentradas das autoridades locais e regionais.

Na componente global das relações externas, a Hungria destaca o reforço da PESC, principal instrumento da UE para a sua actuação no mundo, enquanto a Bulgária salienta a importância da Europa estabelecer um Serviço Europeu de Acção Externa e de se reforçar como um actor global, de forma a ter uma presença política e económica com peso mais significativo a nível mundial.

Já o Conselho Europeu refere que é importante a UE reforçar a cooperação com os seus parceiros (dando como por exemplo a parceria UE-África) de modo a contribuir para a paz, estabilidade e desenvolvimento, promovendo a democracia e os direitos humanos e contribuindo para alcançar os Objectivos do Milénio da Organização das Nações Unidas (ONU)⁸.

Quanto ao orçamento, muitos dos actores apelam a um reforço dos fundos dedicados à PESC e à Política Europeia de Vizinhança, tendo em conta a crescente importância destas políticas para o reforço da participação e intervenção da UE nos assuntos globais, particularmente no que toca à promoção activa da estabilidade e paz mundial e à concretização dos já referidos Objectivos do Milénio. Quanto à ajuda humanitária, a

⁸ Objectivos do Milénio: erradicar a pobreza extrema e a fome; alcançar a educação primária universal; promover a igualdade do género e capacitar as mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças; assegurar a sustentabilidade ambiental; desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento (<http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/The%20Millennium%20Development%20Goals%20Report%202008.pdf>).

Estónia, por exemplo, considera que o seu financiamento deve ser melhorado para que a UE possa apoiar com maior eficácia aqueles que precisam.

3.10. Pobreza e Polarização Social

O Banco Mundial considera como estando em situação de pobreza extrema as pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia e como estando em situação de pobreza moderada aquelas que vivem com um rendimento entre 1 e 2 dólares por dia. Estima-se que, em 2004, cerca de 985 milhões de pessoas a nível mundial viviam com menos de 1 dólar por dia e que cerca de 2,6 mil milhões viviam com menos de 2 dólares (Banco Mundial, 2007).

Os intervenientes neste debate consideram como objectivo principal, no quadro dos Objectivos do Milénio, o combate à pobreza mundial, particularmente da fome, através da cooperação entre os países mais ricos e os mais pobres de modo a promover o crescimento e o desenvolvimento destes últimos.

A polarização social, i.e. o aumento das desigualdades sociais e de situações de precariedade e de injustiça social, é um problema levantado por Danuta Hübner. Danuta Hübner refere-se especificamente à pobreza na UE, considerando necessário melhorar a situação social dos europeus que vivem no limiar da pobreza e aumentar as respectivas oportunidades em termos de melhores empregos, diminuindo a pobreza e a precariedade. A Grécia destaca a importância que a UE deve ter no combate à marginalização, pobreza, racismo e xenofobia.

Alguns actores salientam a necessidade de promover um modelo social europeu moderno, combinando flexibilidade com segurança e equidade (CE, Reino Unido, Espanha, França e Áustria), de forma a promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades, a combater a pobreza, o desemprego, o fenómeno dos *“working poor”* (França), a discriminação racial e a ligada às novas tecnologias.

As **implicações orçamentais** deste tema têm a ver essencialmente com a disponibilização de mais fundos para o combate à pobreza através da cooperação com os países menos desenvolvidos com o objectivo de alcançar os Objectivos do Milénio, relacionando-se intimamente com o tema “Presença e Papel da UE no Mundo”. Por outro lado, e tal como foi referido, para reduzir a pobreza na Europa, esta deve incentivar mais a empregabilidade a nível europeu (através de acções de formação, por exemplo) (Danuta Hübner). De facto, embora as questões da empregabilidade e da qualificação dos recursos humanos estejam já presentes na Estratégia de Lisboa, não é de descurar a possibilidade de lhes ser atribuída ainda maior importância (questão já referida no tema “Globalização/Mundialização”). Quanto ao desemprego, o Fundo Europeu para

Ajustamento à Globalização (já referido no tema “Globalização/Mundialização”) apoia, através de acções de formação e outras medidas, a reintegração no mercado de trabalho dos trabalhadores que tenham ficado no desemprego por causa das alterações nos padrões do comércio global.

3.11. Emergência de novas Economias

Este tema está essencialmente ligado à tendência de ascensão e afirmação geoeconómica de novas potências mundiais.

Há algumas divergências quanto aos países a considerar no que concerne esta tendência. A *Taskforce on the EU Budget Reform – Eslovénia* e o Conselho Europeu consideram o Fórum BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), enquanto o Presidente Sarkozy menciona China, Índia, África do Sul, México e Brasil.

Aquelas economias emergentes são uma realidade nova (tendo em conta a sua dimensão e o impacto que têm em contexto de “Globalização/Mundialização”), constituindo-se como um verdadeiro desafio para a UE: por um lado produzem a custos mais baixos, conseguindo competir em sectores tradicionalmente muito importantes para a UE; por outro lado, os seus processos de industrialização, urbanização e motorização provocam, como já foi referido, um aumento da corrida aos recursos (ligação aos temas “Recursos Naturais” e “Energia”) e um reforço das pressões sobre o ambiente (ligação ao tema “Alterações Climáticas e Sustentabilidade”).

O Reino Unido especificou políticas que, no seu entendimento, a UE deveria seguir, nomeadamente a promoção da competitividade e do crescimento (através da inovação) e o aproveitar das potencialidades destes grandes mercados emergentes. Face ao aumento da concorrência provocado por estas grandes economias emergentes torna-se urgente um reforço da referida competitividade, evitando o aumento do desemprego na UE. Nota-se aqui a ligação à questão das deslocalizações e relocalizações (referida no tema “Globalização/Mundialização”), como oportunidades aproveitadas pelas empresas (sob pena de serem ultrapassadas pelos concorrentes) para reduzir os seus custos e aumentar os seus lucros em contexto de globalização e de abolição/redução de tarifas alfandegárias para muitos bens e serviços.

É ainda de referir as oportunidades criadas pelos novos mercados emergentes (com muitos consumidores com crescente poder de compra) para as exportações europeias, sendo essencial, para as aproveitar, um reforço da presença da UE nesses novos mercados. Actualmente, China, Índia e Rússia representam já mais de metade das exportações da UE (Cabinet Office and the Foreign & Commonwealth Office of United Kingdom, 2007).

As **consequências orçamentais** potenciais referenciadas são muito semelhantes às dos temas “Globalização/Mundialização” “Desenvolvimento Tecnológico”, passando fundamentalmente por apoiar e incentivar a I&D e a inovação, reforçando a competitividade da UE. O Reino Unido destaca claramente esta situação no seu contributo. Uma outra possibilidade, embora com consequências ao nível das negociações internacionais de Comércio, seria a UE desenvolver formas de apoiar as exportações europeias de modo a reforçar a presença do “*made in EU*” nos mercados emergentes.

3.12. Alargamentos da União Europeia

Este tema funciona essencialmente como um interface, ou seja, situa-se entre as forças externas e internas à UE. Apesar da UE ter o poder de decisão relativamente à entrada de novos países no espaço da UE, existem forças externas que influenciam sobremaneira os processos de adesão. A instabilidade na vizinhança da UE é um exemplo, sendo os processos de negociação e adesão à UE verdadeiros estabilizadores geopolíticos (e.g. as negociações para a adesão da Sérvia à UE no contexto da independência do Kosovo).

À medida que a UE se alarga aproxima-se cada vez mais de zonas instáveis e pobres, existindo uma necessidade natural de reforçar a cooperação com estas zonas e, eventualmente, alargar mais a UE. Entendido desta forma, o Alargamento da UE pode ser considerado como um processo que se auto-alimenta. De referir a proximidade destas questões com os temas “Segurança”, “Presença e Papel da UE no Mundo” e “Migrações”.

De entre os candidatos e potenciais candidatos (Antiga República Jugoslava da Macedónia, Croácia, Turquia, Albânia, Bósnia e Herzegovina, Kosovo, Montenegro e Sérvia) o processo que poderá trazer maiores **consequências orçamentais** (e políticas) é o da Turquia, embora qualquer processo de pré-adesão e adesão comporte sempre consequências para o orçamento da UE. A Estónia salienta a importância da garantia da disponibilidade dos recursos necessários para os processos de pré-adesão.

3.13. Outras

Outras tendências e desafios também referenciados mas que aparecem de forma muito mais intermitente nos posicionamentos dos actores têm a ver com as doenças e a sua propagação, o aumento dos fluxos turísticos, a alteração das preferências dos consumidores, a fragmentação geopolítica e as questões ligadas ao mar.

A primeira destas questões é a das “**Doenças e a sua Propagação**”. Esta questão assenta no facto de, tal como já foi referido neste trabalho, hoje em dia, a propagação de uma doença ser muito mais rápida do que no passado devido à maior interdependência, trocas e contactos constantes entre as economias e as sociedades

internacionais. Três países fazem referência a este tema: Reino Unido, Alemanha e França.

Todos concordam relativamente à necessidade de medidas de combate a doenças e infeções e de prevenção das mesmas, de forma a promover a segurança na saúde dos cidadãos europeus. O Reino Unido realça ainda a importância da participação da UE na Organização Mundial da Saúde (OMS) e no *Global Health Security Group*, de modo a encontrar respostas mais eficazes aquando da ocorrência destes fenómenos. Como já foi referido no tema “Recursos Naturais e Sustentabilidade”, a França salienta o papel da capacidade da UE garantir o seu abastecimento agrícola na respectiva segurança alimentar, reduzindo a probabilidade de ocorrência de doenças e infeções por via da alimentação. Esta tendência acaba por não ter grandes impactos a nível do orçamento comunitário pois, mais uma vez, as questões fundamentais têm a ver com a legislação e a coordenação entre Estados-Membros. No entanto, tal passaria a não ser verdade se se optasse pela criação de um sistema europeu de saúde para dar respostas mais eficazes e eficientes a estes fenómenos.

Em relação ao turismo, ao qual está subjacente a tendência de **“Aumento dos Fluxos Turísticos”**, ele é referenciado pela Grécia e o Conselho Europeu. O turismo é uma actividade cada vez mais importante para as economias, interligando restauração, hotelaria, agências de viagens e outras actividades. Segundo os dois intervenientes referidos, as políticas europeias devem passar por promover um turismo europeu sustentável e competitivo a nível internacional, reforçando para isso a cooperação entre os Estados-Membros.

A questão da **“Alteração das Preferências dos Consumidores”**, referida pela Lituânia, está relacionada com a ideia de que as preferências dos consumidores não são um dado estático, modificando-se ao longo do tempo (e com ela os padrões de consumo), sendo assim necessário adaptar a acção europeia e a sua intervenção à evolução das referidas preferências.

Já a tendência **“Fragmentação Geopolítica”**, referida por Portugal, está ligada ao crescimento de novos poderes (relacionando-se com o tema “Emergência de novas Economias”) e à eclosão de múltiplos conflitos com especificidades regionais (relacionando-se com os temas “Segurança” e “Presença e Papel da UE no Mundo”), processos subsequentes ao desaparecimento do mundo bipolar da Guerra Fria (contexto de mais de quatro décadas de construção da União).

O tema Mar, igualmente referido por Portugal, caracteriza-se pelo **“Crescente Potencial Económico e Ambiental do Mar”**, sendo indicada como orientação a UE dar uma maior ênfase às questões ligadas ao mar, como a investigação marítima, o respectivo potencial energético e os impactos das alterações climáticas. Esta questão é particularmente influenciada pelas “Alterações Climáticas”, as questões ligadas à “Energia” e a “Globalização/Mundialização”.

CONCLUSÃO

Ensaando uma breve síntese das principais consequências potenciais no orçamento comunitário resultantes dos temas e tendências externas identificados pelos vários intervenientes no debate dedicado à reapreciação do orçamento da UE, surgem quatro áreas principais para acção da UE com significativas implicações ao nível da despesa: competitividade e conhecimento; sustentabilidade ambiental e energética; desenvolvimento regional e agricultura; e assuntos externos.

- ◆ **Competitividade e conhecimento** – é amplamente referida a necessidade da UE reforçar os fundos para a I&D, a inovação, a qualificação/formação e a construção de redes transeuropeias (telecomunicações, transportes e energia) para fazer face aos efeitos da “Globalização/Mundialização”, da “Emergência de novas Economias”, do “Desenvolvimento Tecnológico” e do aumento da competição pela “Energia” e pelos “Recursos Naturais”.
- ◆ **Sustentabilidade ambiental e energética** – referências à necessidade de investimento e acção da UE para: incentivar as empresas e outros agentes a adoptarem tecnologias mais “amigas” do ambiente e a utilizarem energias renováveis e seguras, apoiando a inovação e a I&D, o investimento em tecnologia e a criação da Área Europeia de Investigação Científica; proteger a biodiversidade e os ecossistemas; promover a gestão sustentável dos recursos; e incentivar a eficiência energética.
- ◆ **Desenvolvimento regional e agricultura** – referências à necessidade da UE continuar o seu esforço de readaptação da PAC e da Política de Coesão, de forma a tornar a agricultura europeia a mais competitiva e dinâmica do mundo e as regiões mais atractivas, melhorando as infra-estruturas europeias. A PAC deverá ter particularmente em conta a componente da segurança e da qualidade alimentar, especialmente considerando o aumento da procura dos “Recursos Naturais”, as “Alterações Climáticas e Sustentabilidade” e as questões ligadas às “Doenças e sua Propagação”.
- ◆ **Assuntos Externos** – a PESC e a Política Europeia de Vizinhança foram outras políticas referidas como necessitando de um reforço da componente orçamental a elas dedicada, de forma a reforçar a “Presença e Papel da UE no Mundo”, particularmente nos processos de manutenção da paz, na promoção do desenvolvimento e crescimento económico global e na ajuda humanitária, entre outros. Este reforço é particularmente importante num contexto caracterizado pela “Globalização/Mundialização”, por sérias questões de “Segurança”, por fortíssimas pressões ao nível das “Migrações”, pela extensão da “Pobreza e Polarização Social” e pela eclosão de conflitos num mundo marcado pela “Fragmentação Geopolítica”.

Por último, e como foi sendo registado ao longo deste trabalho, é importante referir que questões como as migrações, a renovação demográfica, a sustentabilidade das finanças públicas, a cooperação policial e judicial, o combate ao crime organizado, a saúde, o aumento dos fluxos turísticos, a concorrência e o mercado interno, entre outras, são essencialmente geridas ao nível da legislação comunitária e/ou ao nível da coordenação da acção dos Estados-Membros, embora possam ter algumas implicações, no que concerne à despesa orçamental da UE, elas serão previsivelmente limitadas.

Visando ser útil para perceber os rumos que a UE (e a sua despesa) podem tomar, a análise aqui realizada da forma como alguns dos principais actores da construção constroem as suas narrativas sobre o futuro permite-nos perceber melhor (e antecipar) as suas acções.

ANEXO: TENDÊNCIAS AGRUPADAS POR GRANDES TEMAS⁹

Tema ¹⁰	Tendência / Desafio ¹¹	Políticas da UE e ligação ao orçamento da UE	Referências
3.1. Energia	Energia	Promover a utilização de energias seguras/renováveis, uma política externa de energia, o aumento da eficiência energética, e a utilização de fontes sustentáveis de energia.	Alemanha (German Government, 2008)
	Energia	Promover energias renováveis; promover a eficiência energética e medidas de sensibilização; criação de redes europeias de energia.	Áustria (The Government of Austria, 2008)
	Energia	Promover energias seguras; promover a criação de redes europeias de energia.	Bulgária (Ministry of Foreign Affairs of Bulgaria, 2008)
	Energia	Promover tecnologias de energias renováveis; promover fontes renováveis de energia; garantir o abastecimento de energia.	Chipre (The Government of Cyprus, 2008)
	Energia	Tornar a energia europeia numa energia segura, sustentável e competitiva.	Comissão Europeia (2007 b)
	Aumento dos preços da energia	A subida dos preços da energia afectará as regiões da UE de maneira diferente consoante o seu cabaz energético, a sua estrutura económica e a eficiência energética das suas empresas. O aumento dos preços de transporte tem tendência a atingir as regiões mais periféricas como o Norte da Finlândia e Suécia e as regiões mais meridionais de Portugal, Espanha e Itália, bem como as ilhas, incluindo Malta e Chipre. Os sectores mais importantes nestas regiões, como o turismo, podem ser vulneráveis a esses aumentos, embora isto possa ser contrabalançado no curto prazo pelos ganhos de eficiência das companhias aéreas de baixo custo. A subida dos preços da energia tem um impacto desproporcionado nos grupos de baixos rendimentos e aumenta a pobreza energética dos desfavorecidos. O desenvolvimento ou a expansão das energias renováveis e o investimento na eficiência energética representam oportunidades importantes para a maioria das regiões e encerram um elevado potencial de criação de emprego a nível local. Da mesma maneira, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas, o aumento dos preços da energia poderá encorajar estratégias de crescimento baseadas em métodos de produção com menor consumo de energia.	Comissão Europeia (2007 c)
	Segurança Energética	-	Comissão Europeia – BEPA – Vítor Gaspar (Gaspar, 2007)
	Energia	-	Comissão Europeia – Dalia Grybauskaitė (Grybauskaitė, 2007)
	Energia	Garantir a provisão e a eficiência energética; promover energias renováveis.	Comissão Europeia – Danuta Hübner (2007 c e a)

⁹ Quando apenas é identificado o tema e a tendência ou desafio o actor em causa apenas referiu esse tema e a tendência ou desafio sem identificar implicações para as políticas da UE ou para o seu orçamento.

¹⁰ Estes temas são propostos pelos autores.

¹¹ As designações das tendências/desafios são as que se encontram nos documentos originais.

(Continuação)

Tema	Tendência / Desafio	Políticas da UE e ligação ao orçamento da UE	Referências
3.1. Energia	Energia	Modernizar o modelo europeu de energia. Um modelo baseado na solidariedade entre Estados-Membros que garanta a segurança do abastecimento e a sustentabilidade dos modelos de geração, transporte e consumo, respeitando a liberdade dos Estados-Membros escolherem os seus fornecedores de energia. Os níveis local e regional são os melhor colocados para promover a inovação e mudanças radicais nos comportamentos dos consumidores.	Comité das Regiões Committee of the Regions, 2008)
	Energia	Garantir o abastecimento de energia; promover energias renováveis.	Conselho Europeu (Conselho da União Europeia, 2007)
	Energia	Criação de uma rede europeia de energia.	Dinamarca (The Danish Government, 2008)
	Energia	Promover uma política europeia de energia; promover a utilização de energias renováveis; promover um abastecimento sustentável de energia.	Escócia (The Scottish Government, 2008)
	Energia	Promover energia segura e sustentável.	Eslováquia (The Government of Slovakia, 2008)
	Energia	Reduzir a dependência face ao exterior; apostar no I&D em novas tecnologias, e na construção de redes com o objectivo de permitir transferências de energia entre os Estados-Membros; utilização de energias renováveis, incluindo a produção de biocombustíveis.	Eslovénia – <i>Taskforce on the EU Budget Reform</i> (Taskforce on the EU Budget Reform, 2007)
	Energia	-	Espanha (The Government of Spain, 2008)
	Energia	Desenvolvimento de novas tecnologias; promover a criação de um mercado interno de energia; implementar estratégias relevantes de projectos de energia; criação de uma rede europeia de energia.	Estónia (The Government of Estonia, 2008)
	Energia	Desenvolver mercados comuns europeus de energia; introduzir novas tecnologias energéticas; promover novas fontes de energia.	Finlândia (The Government of Finland – Ministry of Finance, 2008)
	Energia	Garantir o abastecimento de energia; promover a eficiência energética e a utilização de energias renováveis.	França (The Government of France, 2008)
	Energia	Promover redes europeias de energia.	França – Centre d'analyse stratégique (Bertoncini, Yves and Steinacher, Lisa, 2007)
	Energia	Promover a utilização de energias renováveis.	França – Nicolas Sarkozy – Presidente da República Francesa (Sarkozy, Nicolas – Presidente da República Francesa, 2008)
	Energia	Garantir um abastecimento sustentável de energia; promover a utilização de energias renováveis; e formar os consumidores.	Grécia (The Government of Greece, 2008)
	Energia	Adopção de energias renováveis; promover uma eficiência energética.	Holanda (Ministry of Foreign Affairs of the Netherlands, 2008)
	Energia	Diversificar as fontes de energia, essencialmente fontes sustentáveis, ou seja, promover energias renováveis e tecnologias amigas do ambiente; promover uma produção e consumo de energia sustentável; criação de redes de energia.	Hungria (The Government of Hungary, 2008)

(Continuação)

Tema	Tendência / Desafio	Políticas da UE e ligação ao orçamento da UE	Referências
3.1. Energia	Energia	Criação de uma política europeia de energia; desenvolvimento da nova geração tecnológica de energias; garantir a segurança do abastecimento.	Itália (Government of Italy, 2008)
	Energia	Construção de redes europeias de energia; promover o abastecimento e a sustentabilidade da produção de energia.	Letónia (The Government of Latvia, 2008)
	Energia	Criação de um mercado interno de energia; garantir o abastecimento de energia; melhorar a gestão de crises energéticas.	Lituânia (The Government of the Republic of Lithuania, 2008)
	Energia	-	Luxemburgo (Grand-Duché de Luxembourg – Ministère des Affaires étrangères, 2008)
	Energia	Promover energias seguras; promover a eficiência energética; promover fontes renováveis de energia; garantir o abastecimento de energia; promover a cooperação europeia a nível da energia.	Malta (The Government of Malta, 2008)
	Energia	Desenvolvimento de energias renováveis; garantir a conservação da energia; soluções sustentáveis para os transportes; promover uma economia baseada em combustíveis ecológicos; promover a produção de biomassa; promover energias seguras.; reforçar o controlo das fronteiras.	Polónia (Government of Poland, 2008)
	Energia	-	Portugal – José Sócrates – PM de Portugal (Sócrates, José – Primeiro-Ministro de Portugal e Presidente do Conselho Europeu, 2007)
	Energia	Assegurar a sustentabilidade energética.	Portugal – Teixeira dos Santos – Ministro de Estado e das Finanças de Portugal (Teixeira dos Santos, Fernando – Ministro de Estado e das Finanças de Portugal, 2008)
	Dependência energética	Reduzir a dependência energética face ao exterior, através da promoção de biocombustíveis; assegurar uma economia segura e sustentável para que seja compatível com a competitividade e a segurança do abastecimento.	Portugal (Ministério dos Negócios Estrangeiros – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, 2008)
	Dependência energética	promover a utilização de energias renováveis; assegurar fontes sustentáveis de abastecimento; promover a eficiência energética; liberalizar os mercados de gás e electricidade a nível europeu.	Reino Unido (Cabinet Office and the Foreign & Commonwealth Office of United Kingdom, 2007)
	Energia	Promover energias seguras e a sua eficiência; assegurar o abastecimento e a sustentabilidade da energia.	República Checa (The Government of the Czech Republic, 2008)
	Energia	Garantir a segurança dos recursos energéticos; apostar nas energias renováveis.	Roménia (The Government of Romania, 2008)
	Energia	Promover uma rede europeia de energia; adopção de energias mais amigas do ambiente.	Suécia (Prime Minister's Office – Sweden, 2008)

(Continuação)

Tema	Tendência / Desafio	Políticas da UE e ligação ao orçamento da UE	Referências
3.2. Globalização / Mundialização	Globalização	Promover a competitividade, a inovação industrial, uma sociedade baseada no conhecimento e informação, a educação e a sua mobilidade, "skills" elevadas dos cidadãos europeus, um mercado único de investigação, a coesão social e dos empregos; desenvolver as competências locais das regiões menos desenvolvidas, tornando-as mais atractivas; promover redes transeuropeias. Redireccionar o FEDER para as áreas do I&DT, da inovação, e da sociedade da informação e do conhecimento.	Alemanha (German Government, 2008)
	Globalização	Criar uma economia europeia baseada no conhecimento, através da promoção da educação e das elevadas qualificações, do combate ao desemprego, da promoção da igualdade de oportunidades, e da aprendizagem ao longo da vida; promover o desenvolvimento de infra-estruturas; promover a coesão económica, social e territorial; promover a competitividade através do I&D e da inovação; criação de redes transeuropeias.	Áustria (The Government of Austria, 2008)
	Globalização	Promover a competitividade e a inovação; reforçar a Política de Coesão; promover o desenvolvimento de investigação e a inovação tecnológica.	Bulgária (Ministry of Foreign Affairs of Bulgaria, 2008)
	Globalização	Promover uma Europa mais eficaz, tanto a nível económico como político; promover a competitividade, o crescimento, e a coesão; promover uma economia baseada no conhecimento, na ciência, no I&D, na inovação, e nos serviços; fazer face ao fenómeno das economias de escala.	Chipre (The Government of Cyprus, 2008)
	Aumento da concorrência entre os mercados	Gerir as suas consequências sociais.	Comissão Europeia (2007 b)
	Globalização	Promover uma sociedade europeia baseada no conhecimento, mobilidade, competitividade e inovação. Reestruturar, modernizar e facilitar a inovação contínua com base no conhecimento, tanto ao nível dos produtos, da gestão e dos processos, como ao nível do capital humano. Combater os efeitos das liberalizações e das deslocalizações; promover a educação e a formação, incluindo as competências ligadas às TIC; criação de mais e melhores empregos; promover a flexi-segurança; promover novas qualificações; promover a aprendizagem ao longo da vida; reforçar a Política de Coesão. Reforçar o Fundo Europeu para a Globalização.	Comissão Europeia (2007 b, 2007c, 2006)
	Globalização	-	Comissão Europeia – <i>Bureau of European Policy Advisers (BEPA)</i> – Vítor Gaspar (Gaspar, 2007)
	Globalização	As regiões europeias devem diversificar a sua estrutura económica para novos e crescentes sectores, bem como modernizar as actividades já existentes; promover a competências necessárias para obter uma economia europeia mais competitiva e baseada no conhecimento; adaptar as qualificações às necessidades do mercado de trabalho; promover a inovação e o I&D; promover negócios amigos do ambiente; promover a provisão de bens públicos; aproveitar as vantagens das economias de escala.	Comissão Europeia – Danuta Hubner (Hubner, 2007 a)
	Globalização	-	Comissão Europeia – Durão Barroso (Barroso, 2007)

(Continuação)

Tema	Tendência / Desafio	Políticas da UE e ligação ao orçamento da UE	Referências
3.2. Globalização / Mundialização	Globalização	Criar um modelo global para a prosperidade e coesão; reforçar a competitividade; promover a educação e a formação; promover o I&D e a inovação; promover infra-estruturas e redes europeias de transporte; reforçar o mercado interno; promover a inclusão.	Comité das Regiões (Committee of the Regions, 2008)
	Globalização	Promover o conhecimento, a competitividade e a inovação; criação de uma Área Europeia de Investigação; promover a educação, a formação, a mobilidade e a aprendizagem ao longo da vida; promover a flexi-segurança; promover a inclusão social; promover a ciência e a tecnologia; promover a modernização das universidades e da administração pública; promover mais e melhores empregos; reforçar o mercado único; reforçar a presença nos mercados financeiros; combater a discriminação, ou seja, promover a igualdade de oportunidades.	Conselho Europeu (Conselho da União Europeia, 2007)
	Globalização	Promover uma economia baseada na competitividade, no conhecimento e no dinamismo; promover a educação e a sua mobilidade; assegurar o crescimento, e o emprego; promover a coesão social e regional; apostar no I&D; criação de um mercado comum com a livre circulação de conhecimento e de investigadores; promover a cooperação internacional, devido à existência de economias de escala; criação de redes transeuropeias. Mais fundos para a I&D.	Dinamarca (The Danish Government, 2008)
	Globalização	Promover um crescimento económico sustentável; tornar a economia europeia numa economia mais flexível; promover a educação e a qualificação dos cidadãos; promover o bem-estar; promover uma economia baseada na inovação, no conhecimento, nas qualificações e na investigação; promover a aprendizagem ao longo da vida; promover a coesão.	Escócia (The Scottish Government, 2008)
	Globalização	Promover a competitividade, a inovação e o desenvolvimento tecnológico, o crescimento económico, e a criação de mais empregos; criar uma economia baseada no conhecimento e nos serviços; adaptar às mudanças estruturais; promover a coesão económica e social; promover a educação.	Eslováquia (The Government of Slovakia, 2008)
	Globalização	Promover a inovação e a ciência, os recursos humanos (educação e formação), e a competitividade, através da investigação e desenvolvimento; criar uma Área Europeia de Investigação, e infra-estruturas tecnológicas. Aumentar os fundos para a I&D.	Espanha (The Government of Spain, 2008)
	Globalização	Reforçar a política de coesão e as políticas internas; criar uma economia europeia mais competitiva, através da promoção do conhecimento e da inovação, do desbloqueamento do potencial das empresas (sobretudo das PME), da educação, formação, mobilidade e aprendizagem ao longo a vida; promover o I&D e a cooperação dos seus programas; promover o desenvolvimento de infra-estruturas e de redes transeuropeias; criação de um Conselho Europeu de Investigação.	Estónia (The Government of Estonia, 2008)
	Globalização	Promover a competitividade, a inovação, a educação, a investigação, e o conhecimento; fazer face às economias de escala; apostar na investigação e desenvolvimento tecnológico; promover reformas estruturais; promover cooperação com países vizinhos.	Finlândia (The Government of Finland – Ministry of Finance, 2008)

(Continuação)

Tema	Tendência / Desafio	Políticas da UE e ligação ao orçamento da UE	Referências
3.2. Globalização / Mundialização	Globalização	Promover a competitividade, através do desenvolvimento do mercado interno, do crescimento e do emprego, da reforma estrutural, da criação de redes transeuropeias, da política industrial, e da estratégia de desenvolvimento sustentável; promover uma economia europeia baseada no conhecimento e na inovação, através de políticas de I&D e da promoção da educação e formação; combater as consequências das deslocalizações e das relocalizações.	França (The Government of France, 2008)
	Globalização	Reforçar a I&D; promover a educação e formação; proceder a uma reforma das infra-estruturas; promover redes transeuropeias de transportes.	França – Centre d'analyse stratégique (Bertoncini, Yves and Steinacher, Lisa, 2007)
	Globalização	Promover a competitividade, através do I&D e da inovação; promover a coesão económica e social; promover redes europeias de transporte; reforçar a presença da UE no mundo a nível político e económico; promover a adaptação às economias de escala; criar uma sociedade europeia baseada no conhecimento; criar uma Área Europeia de Investigação.	Grécia (The Government of Greece, 2008)
	Globalização	Reforçar a competitividade, por exemplo, através da I&D, da inovação, e da I&DT; promover um crescimento sustentável; criação de boas infra-estruturas de transportes, redes de energia e telecomunicações; tornar a economia europeia numa economia mais moderna e flexível; promover o desenvolvimento do conhecimento; promover a aprendizagem ao longo da vida e a mobilidade.	Holanda (Ministry of Foreign Affairs of the Netherlands, 2008)
	Globalização	Promover a competitividade e a coesão a nível europeu, de modo a que economia tenha um crescimento sustentável; criar melhores condições para o crescimento da riqueza e do emprego; promover um desenvolvimento sustentável; combater os problemas estruturais; melhorar o funcionamento do mercado interno e facilitar as trocas intra-comunitárias; criação de redes transeuropeias; promover o I&D e a inovação, essencialmente por parte das PME; criação de uma Área Europeia de Investigação.	Hungria (The Government of Hungary, 2008)
	Globalização	Promover a investigação e desenvolvimento tecnológico; a inovação; a cooperação a nível da competitividade, nomeadamente de PME; a educação e formação; a construção de redes europeias de telecomunicações, transportes, e energia; criar um modelo social europeu sustentável.	Itália (Government of Italy, 2008)
	Globalização	Promover o desenvolvimento socioeconómico, a competitividade, e o desenvolvimento sustentável; reforçar a Política de Coesão; promover redes de transportes; promover a educação e formação, bem como a aprendizagem ao longo da vida e a mobilidade; promover a investigação e o desenvolvimento tecnológico.	Letónia (The Government of Latvia, 2008)
	Globalização	Promover a competitividade, assegurando um funcionamento eficaz e eficiente do mercado interno; promover o I&D e a inovação; promover uma Área Europeia de Investigação Científica; promover a coesão a nível europeu; promover a educação, através de uma Área Europeia do Ensino Superior; promover o desenvolvimento de infra-estruturas e de redes europeias. Reforçar o investimento em I&D e inovação; reforçar os empréstimos, bem como por parte do Fundo de Investimento Europeu.	Lituânia (The Government of the Republic of Lithuania, 2008)
	Globalização	Promover a investigação; reforçar a Política de Coesão.	Luxemburgo (Grand-Duché de Luxembourg – Ministère des Affaires étrangères, 2008)

(Continuação)

Tema	Tendência / Desafio	Políticas da UE e ligação ao orçamento da UE	Referências
3.2. Globalização / Mundialização	Globalização	Promover a competitividade e o crescimento económico; promover a coesão interna; promover uma economia baseada no conhecimento, na competitividade, e no dinamismo; promover o I&D e a inovação; promover a educação e a formação; promover a competitividade das PME; promover a criação de redes transeuropeias.	Malta (The Government of Malta, 2008)
	Globalização	Criar uma economia europeia com base no conhecimento e na inovação; reforçar a coesão regional, social e territorial; reforçar a competitividade; promover a educação e a mobilidade; reforçar a Política de Coesão.	Polónia (Government of Poland, 2008)
	Globalização	Reforço do mercado interno; criação de uma rede europeia de transporte e de comunicações; promover o desenvolvimento dos recursos humanos europeus.	Portugal – José Sócrates – PM de Portugal (Sócrates, José – Primeiro-Ministro de Portugal e Presidente do Conselho Europeu, 2007)
	Globalização	Modernizar a economia europeia; reforçar a coesão a nível europeu; promover o capital humano, o conhecimento, a investigação e inovação; aprofundar o Mercado Interno.	Portugal – Teixeira dos Santos – Ministro de Estado e das Finanças de Portugal (Teixeira dos Santos, Fernando – Ministro de Estado e das Finanças de Portugal, 2008)
	Globalização	Promover a competitividade através da inovação, da criação de emprego, da qualificação dos recursos humanos e da coesão social; criação de redes transeuropeias.	Portugal (Ministério dos Negócios Estrangeiros – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, 2008)
	Globalização	Promover um ambiente macroeconómico estável, que promova o crescimento, o investimento e a sustentabilidade fiscal; promover a inovação, a competitividade, o investimento directo estrangeiro, a educação e formação; facilitar o acesso ao capital, essencialmente por parte das PME; redireccionar o Mercado Único Europeu para as questões do emprego, crescimento e prosperidade; reforçar a coesão a nível europeu.	Reino Unido (Cabinet Office and the Foreign & Commonwealth Office of United Kingdom, 2007)
	Globalização	Promover a competitividade e a coesão interna; promover o crescimento económico; promover mais e melhores empregos; promover o I&D e a inovação; promover uma economia europeia baseada nos serviços e no conhecimento, através da promoção da educação, da mobilidade, e da aprendizagem ao longo da vida; reforçar a competitividade do mercado interno; estabelecer redes europeias de transportes.	República Checa (The Government of the Czech Republic, 2008)
	Globalização	Promoção de uma economia europeia eficiente e competitiva; reforçar a coesão a nível europeu; promover a inovação e o I&D; promover o crescimento económico e o emprego; promover um sistema social europeu justo.	Roménia (The Government of Romania, 2008)
	Globalização	Tornar a economia europeia numa economia flexível e dinâmica; aproveitar e adaptar à existência de economias de escala; promover a competitividade, através do conhecimento e do I&D; promover redes europeias de transportes; promover a educação e a sua mobilidade; reforçar a coesão económica e social.	Suécia (Prime Minister's Office – Sweden, 2008)
	Globalização	Promover a competitividade e uma economia baseada na tecnologia, informação, comunicação, transportes, logística e serviços; combater as consequências das deslocalizações e relocalizações; reforçar a coesão regional, social e territorial.	<i>Taskforce on the EU Budget Reform – Eslovénia</i> (Taskforce on the EU Budget Reform, 2007)

(Continuação)

Tema	Tendência / Desafio	Políticas da UE e ligação ao orçamento da UE	Referências
3.3. Alterações Climáticas e Sustentabilidade	Alterações climáticas	Promover a protecção do ambiente e compatibilizá-la com as políticas europeias; a PAC deve passar a ter em conta as alterações climáticas, a conservação ambiental e a protecção animal (biodiversidade), a gestão sustentável da água e a segurança alimentar. Rever os Fundos Estruturais.	Alemanha (German Government, 2008)
	Alterações climáticas	Redireccionar a PAC para a protecção ambiental e climatérica, para a conservação da biodiversidade, para a segurança alimentar, e para a protecção animal; promover o desenvolvimento rural; promover medidas de sensibilização.	Áustria (The Government of Austria, 2008)
	Alterações climáticas	Adopção de novas tecnologias.	Bulgária (Ministry of Foreign Affairs of Bulgaria, 2008)
	Alterações climáticas	Promover o desenvolvimento rural; promover a protecção ambiental; combater os problemas hídricos; combater os efeitos das alterações climáticas; reduzir a poluição; adopção de tecnologias "amigas" do ambiente.	Chipre (The Government of Cyprus, 2008)
	Alterações climáticas	Controlar o crescimento das emissões de gases com efeito de estufa; criar medidas de adaptação às consequências das alterações climáticas; considerar novos domínios nas políticas europeias, como por exemplo, a agricultura, dimensão e sociedade rural, e zonas marítimas europeias; criar uma economia com baixos níveis de carbono na Europa. Será um grave problema para a agricultura, a pesca e o turismo em certas regiões, exigindo sérios investimentos para fazer face às secas, aos incêndios, à erosão costeira e às cheias. Estas alterações podem ter efeitos desproporcionados nos grupos mais desfavorecidos ou de baixos rendimentos que podem não dispor de meios para se adaptarem às mesmas. Serão igualmente necessários investimentos significativos para cumprir o acervo comunitário e os objectivos de redução das emissões estabelecidos no Conselho Europeu da Primavera, em Março de 2007. A luta contra as alterações climáticas propicia às economias regionais novas oportunidades e incentivos económicos através da eco inovação, do crescimento das indústrias ecológicas e do emprego neste domínio.	Comissão Europeia (2007 b, c)
	Alterações climáticas	-	Comissão Europeia – BEPA – Vítor Gaspar (Gaspar, 2007)
	Ambiente e Alterações Climáticas	Protecção e melhoria do ambiente.	Comissão Europeia – Dalia Grybauskaitė (Grybauskaitė, 2007)
	Alterações climáticas e poluição	-	Comissão Europeia – Danuta Hubner (Hubner, 2007 a, c)
	Alterações climáticas	Todos os territórios europeus devem estar bem equipados para enfrentar as Alterações Climáticas, possuindo os recursos necessários para prevenir as suas causas e para se adaptarem às suas consequências (beneficiando particularmente as pessoas e os agentes económicos mais atingidos). Promover a protecção do ambiente; promover um desenvolvimento sustentável (investimento em modelos de desenvolvimento sustentável que tenham em conta as oportunidades e os constrangimentos a nível local); prevenção das causas das alterações climáticas, bem como adaptar às suas consequências; combater o aquecimento global; proteger a biodiversidade.	Comité das Regiões (Committee of the Regions, 2008)

(Continuação)

Tema	Tendência / Desafio	Políticas da UE e ligação ao orçamento da UE	Referências
3.3. Alterações Climáticas e Sustentabilidade	Alterações climáticas	Promover um desenvolvimento sustentável; promover a protecção ambiental; promover tecnologias com baixa produção de CO ₂ ; promover uma gestão sustentável dos recursos naturais; promover a biodiversidade e os ecossistemas; promover uma gestão sustentável da água; promover uma política de integração marítima.	Conselho Europeu (Conselho da União Europeia, 2007)
	Alterações climáticas	Redireccionamento da PAC para a protecção ambiental, para a ecologia, para a segurança alimentar, para o bem-estar dos animais, e para o desenvolvimento rural; promover utilização de tecnologias amigas do ambiente; redução da emissão dos gases poluentes.	Dinamarca (The Danish Government, 2008)
	Alterações climáticas	Promover a qualidade ambiental; reduzir a emissão de CO ₂ ; promover uma baixa produção de carbonetos; promover a captura e armazenamento de carbonetos.	Escócia (The Scottish Government, 2008)
	Alterações climáticas	Promover o desenvolvimento rural.	Eslováquia (The Government of Slovakia, 2008)
	Alterações climáticas	Redução da emissão dos gases com efeito de estufa; combater as consequências do aquecimento global; assegurar a produção alimentar, tendo em conta o problema da redução da terra fértil; promover o desenvolvimento sustentável; promover uma gestão sustentável da água.	Eslovénia – <i>Taskforce on the EU Budget Reform</i> (Taskforce on the EU Budget Reform, 2007)
	Alterações climáticas	Conciliar este tema com as políticas comunitárias, como por exemplo, o I&D, a PAC, a Política de Coesão, a Política da Biodiversidade, etc; adaptação da PAC aos novos desafios e aos compromissos internacionais, tendo em conta a actual crise global da subida dos preços dos produtos alimentares e das suas matérias-primas.	Espanha (The Government of Spain, 2008)
	Alterações climáticas	Melhorar os instrumentos da gestão de desastres naturais; reforço da PAC na produção agrícola, que é cada vez mais um sector competitivo a nível global; ajustar a Política de Coesão às novas condições ambientais; redução da emissão dos gases com efeito de estufa; protecção do ambiente marítimo e dos ecossistemas.	Estónia (The Government of Estonia, 2008)
	Alterações climáticas	Promover a protecção do ambiente.	Finlândia (The Government of Finland - Ministry of Finance, 2008)
	Alterações climáticas	Diminuir as emissões de CO ₂ , criando uma economia europeia com base na produção baixa de carbonetos, e promovendo a recolha e armazenamento de CO ₂ ; promover um desenvolvimento sustentável; controlo da poluição; garantir a protecção ambiental e animal (biodiversidade); promover uma gestão sustentável dos recursos básicos da vida.	França (The Government of France, 2008)
	Alterações climáticas	Lutar contra os efeitos das alterações climáticas; reduzir a emissão dos gases poluentes; promover a exploração de biocarbonetos e de biomassas; assegurar a segurança alimentar.	França – Nicolas Sarkozy – Presidente da República Francesa (Sarkozy, Nicolas – Presidente da República Francesa, 2008)
	Alterações climáticas	Promover a protecção climática; garantir a protecção e a sustentabilidade dos recursos naturais; redução da emissão de carbonetos; adaptação às consequências das alterações climáticas; promover um desenvolvimento sustentável.	Grécia (The Government of Greece, 2008)
	Alterações climáticas	Redução da emissão dos gases com efeito de estufa; adaptação às novas condições climáticas; promover a captura e armazenamento de carbono; ajudar os países menos desenvolvidos que querem contribuir para uma política climática; incentivar o sector privado a adoptar tecnologias amigas do ambiente.	Holanda (Ministry of Foreign Affairs of the Netherlands, 2008)

(Continuação)

Tema	Tendência / Desafio	Políticas da UE e ligação ao orçamento da UE	Referências
3.3. Alterações Climáticas e Sustentabilidade	Alterações climáticas	Conciliar as políticas europeias com as questões relacionadas com o ambiente; redireccionar a PAC para uma produção agrícola ambientalmente sustentável, para a segurança e uma elevada qualidade alimentar, para o bem-estar animal e para combater as consequências das alterações climáticas a nível do abastecimento alimentar; promover o desenvolvimento rural; promover uma baixa produção de carbono.	Hungria (The Government of Hungary, 2008)
	Alterações climáticas	Combater as mudanças climáticas.	Itália (Government of Italy, 2008)
	Alterações climáticas	Direccionar a PAC para as novas tendências de desenvolvimento global; diminuição da emissão de CO ₂ ; combater as consequências das alterações climáticas; promover a melhoria da qualidade dos recursos hídricos; promoção de transportes amigos do ambiente.	Letónia (The Government of Latvia, 2008)
	Alterações climáticas	Combater os impactos das alterações climáticas; promover utilização de tecnologias energéticas amigas do ambiente.	Lituânia (The Government of the Republic of Lithuania, 2008)
	Alterações climáticas	Promover a protecção ambiental.	Luxemburgo (Grand-Duché de Luxembourg – Ministère des Affaires étrangères, 2008)
	Alterações climáticas	Combater os efeitos das alterações climáticas; reduzir os combustíveis fósseis; baixa produção de CO ₂ ; redireccionar a PAC para uma agricultura mais competitiva, e para promover o desenvolvimento rural.	Malta (The Government of Malta, 2008)
	Alterações climáticas	Gestão sustentável da água; combater a erosão; promover a florestação; proteger a biodiversidade; redireccionar a PAC para uma protecção ambiental e um desenvolvimento sustentável. Incrementar os investimentos em I&D.	Polónia (Government of Poland, 2008)
	Alterações climáticas	-	Portugal – José Sócrates – PM de Portugal (Sócrates, José – Primeiro-Ministro de Portugal e Presidente do Conselho Europeu, 2007)
	Alterações climáticas	Assegurar a sustentabilidade ambiental.	Portugal – Teixeira dos Santos – Ministro de Estado e das Finanças de Portugal (Teixeira dos Santos, Fernando – Ministro de Estado e das Finanças de Portugal, 2008)
	Alterações climáticas e sustentabilidade	Combater as alterações climáticas; criar uma economia europeia de baixa carbono; integração de questões ambientais, da biodiversidade, e da florestação, por parte da PAC; utilização mais eficiente dos factores produtivos; adaptação às novas condições de produção; gestão sustentável da água.	Portugal (Ministério dos Negócios Estrangeiros – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, 2008)
	Alterações climáticas	Tornar a economia europeia na economia mais competitiva do mundo a nível de energias renováveis e baixa produção de CO ₂ ; redução da emissão de gases poluentes; promover o desenvolvimento de captura e de armazenamento de carbono; combater a desflorestação; implementar as medidas do pacote “Alterações Climáticas”.	Reino Unido (Cabinet Office and the Foreign & Commonwealth Office of United Kingdom, 2007)
	Alterações climáticas	Redireccionar a PAC para o desenvolvimento rural, para a protecção ambiental, para a preservação da biodiversidade, e para a segurança e qualidade alimentar; promover uma agricultura mais competitiva e eficiente; reduzir as emissões de CO ₂ ; combater os efeitos das alterações climáticas.	República Checa (The Government of the Czech Republic, 2008)

(Continuação)

Tema	Tendência / Desafio	Políticas da UE e ligação ao orçamento da UE	Referências
3.3. Alterações Climáticas e Sustentabilidade	Alterações climáticas	Redireccionar a PAC para a segurança e qualidade alimentar, para o desenvolvimento rural, para a satisfação dos interesses dos produtores agrícolas, e para a protecção ambiental; preservação da terra fértil; combater as consequências das alterações climáticas; promover actividades orientadas ecologicamente; prevenir a degradação ambiental.	Roménia (The Government of Romania, 2008)
	Alterações climáticas	Promover um desenvolvimento sustentável; promover uma eficiência tecnológica; reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.	Suécia (Prime Minister's Office – Sweden, 2008)
3.4. Segurança	Aumento do terrorismo e do crime organizado	Combater estes fenómenos.	Alemanha (German Government, 2008)
	Segurança	Garantir a protecção da saúde; garantir a protecção dos consumidores; promover a estabilidade e a cooperação com países vizinhos; promover a prevenção de conflitos e a reconstrução de zonas pós-conflito.	Áustria (The Government of Austria, 2008)
	Segurança	Reforço da PESC e da Política de Vizinhança; promover a paz, a estabilidade, a segurança e a prosperidade; promover os direitos humanos; combater o terrorismo, o crime organizado, o tráfico de drogas, de humanos e de armas.	Chipre (The Government of Cyprus, 2008)
	Aumento do terrorismo e do crime organizado	Combater o crime e o terrorismo; contenção dos riscos para os transportes, ambiente, saúde e segurança; criar instrumentos que forneçam respostas mais eficazes.	Comissão Europeia (2007 b)
	Segurança, Liberdade e Justiça	-	Comissão Europeia – BEPA – Vítor Gaspar (Gaspar, 2007)
	Segurança, liberdade e justiça	-	Comissão Europeia – Dalia Grybauskaitė (Grybauskaitė, 2007)
	Paz, protecção e estabilidade.	Promover a paz, a protecção e estabilidade dos europeus. Deve ser colocado ênfase na cooperação transfronteiriça tendo em conta a sua importância como uma forma de consolidar a paz, identificando e estabelecendo objectivos e valores comuns e promovendo a coesão territorial.	Comité das Regiões (Committee of the Regions, 2008)
	Segurança	Combater contra o terrorismo e o crime internacional; reforço da cooperação com países vizinhos; promover uma cooperação das polícias e das justiças europeias; desenvolver uma coordenação da gestão de crises a nível europeu; desenvolvimento da “e-justice”; combater o ciber-crime; promover a protecção das crianças.	Conselho Europeu (Conselho da União Europeia, 2007)
	Segurança	Combater o terrorismo internacional e o crime; reforçar o apoio às zonas pós-conflito; promover a estabilidade na vizinhança europeia.	Dinamarca (The Danish Government, 2008)
	Segurança	Promover a segurança e a estabilidade.	Escócia (The Scottish Government, 2008)
	Segurança	Combater as actividades criminais e o terrorismo internacional; promover a segurança dos cidadãos europeus.	Eslováquia (The Government of Slovakia, 2008)
	Aumento do terrorismo e do crime	Combater o terrorismo, o tráfico de pessoas, e o contrabando; reforçar a PESC e a política europeia comum de defesa.	Eslovénia – <i>Taskforce on the EU Budget Reform</i> (Taskforce on the EU Budget Reform, 2007)

(Continuação)

Tema	Tendência / Desafio	Políticas da UE e ligação ao orçamento da UE	Referências
3.4. Segurança	Segurança	Combater o terrorismo e o crime; promover a troca de informações entre os Estados-Membros; redireccionar a PESC para a prevenção de conflitos, para a resolução de crises, e para a manutenção e estabilidade de paz; reforço da Política de Vizinhança.	Estónia (The Government of Estonia, 2008)
	Aumento do terrorismo e do crime organizado	Desenvolver uma política que combata a crescente ocorrência destes fenómenos.	França (The Government of France, 2008)
	Segurança	Apostar na prevenção de conflitos; promover uma melhor gestão de crises; resolver as situações de instabilidade; promover a estabilidade e a reconstrução; promover a estabilidade e prosperidade nos países vizinhos; promover a cooperação das polícias e das justiças dos Estados-Membros; combater o terrorismo e o crime organizado.	Holanda (Ministry of Foreign Affairs of the Netherlands, 2008)
	Segurança	Combater o terrorismo.	Hungria (The Government of Hungary, 2008)
	Segurança	Promover a prevenção de conflitos, a democracia e os direitos humanos, e a segurança e estabilidade mundial.	Itália (Government of Italy, 2008)
	Aumento do terrorismo e do crime transnacional	Combater estes fenómenos.	Itália (Government of Italy, 2008)
	Segurança	Reforço da PESC e da Política de Vizinhança.	Letónia (The Government of Latvia, 2008)
	Segurança	Combater o terrorismo internacional e o crime organizado; reforço do controlo do movimento das pessoas e dos bens; promover uma cooperação no desenvolvimento e na estabilidade dos países vizinhos; resolver conflitos regionais; reforço da Política de Vizinhança e da PESC.	Lituânia (The Government of the Republic of Lithuania, 2008)
	Segurança	Combater o terrorismo internacional e o crime organizado; reforçar a Política de Vizinhança.	Malta (The Government of Malta, 2008)
	Segurança	Reforçar o controlo das fronteiras; combater o terrorismo e o crime; promover a segurança nos países vizinhos.	Polónia (Government of Poland, 2008)
	Segurança	-	Portugal – Teixeira dos Santos – Ministro de Estado e das Finanças de Portugal (Teixeira dos Santos, Fernando – Ministro de Estado e das Finanças de Portugal, 2008)
	Aumento do terrorismo e do crime organizado	Reforçar a troca de informações entre os Estados-Membros, e com Países Terceiros; implementar a estratégia europeia contra o terrorismo; melhorar a cooperação dos Estados-Membros em matéria de recuperação de procedimentos; combater o crime virtual e o contrabando de drogas.	Reino Unido (Cabinet Office and the Foreign & Commonwealth Office of United Kingdom, 2007)
	Segurança	Combater as ameaças globais; prevenir conflitos; adoptar uma melhor gestão de crises; apoiar a reconstrução das zonas pós-conflito; reforçar a PESC; estabelecer relações estáveis com países terceiros.	República Checa (The Government of the Czech Republic, 2008)
	Segurança	Combater o crime organizado, o terrorismo, o tráfico de humanos e de drogas; promover a paz e a estabilidade; promover a democracia e os direitos humanos; promover a cooperação a nível do controlo das fronteiras; reforçar a política de vizinhança.	Suécia (Prime Minister's Office – Sweden, 2008)

(Continuação)

Tema	Tendência / Desafio	Políticas da UE e ligação ao orçamento da UE	Referências
3.5. Migrações	Migração	Promover o reforço da segurança nas fronteiras; promover a integração dos migrantes; desenvolver uma dimensão externa dos assuntos internos, como por exemplo, a Política de Vizinhança.	Alemanha (German Government, 2008)
	Migração	Combater a migração ilegal; reforçar a política de migração e de asilo; reforçar o controlo das fronteiras.	Chipre (The Government of Cyprus, 2008)
	Migração	Garantir fronteiras seguras; criar novas formas de gerir as migrações, bem como de esforços convincentes para reflectir as causas das migrações actuais (guerra, instabilidade e pobreza).	Comissão Europeia (2007 b)
	Migração	-	Comissão Europeia – BEPA – Vítor Gaspar (Gaspar, 2007)
	Migração e Migrações	Adaptar os migrantes às necessidades do mercado de trabalho.	Comissão Europeia – Danuta Hubner (Hubner, 2007 a, c)
	Fluxos e pressões migratórias	Deve existir uma resposta europeia para a gestão dos fluxos migratórios, utilizando as melhores soluções de entre as já testadas a nível local e regional. É fundamental que os actores que enfrentam diariamente situações de emergência contem com a solidariedade e cooperação europeias.	Comité das Regiões (Committee of the Regions, 2008)
	Migração	Promover uma política europeia mais compreensiva da migração; combater a migração ilegal; adaptação às necessidades do mercado de trabalho.	Conselho Europeu (Conselho da União Europeia, 2007)
	Migração	Combater a imigração ilegal.	Dinamarca (The Danish Government, 2008)
	Migração	Reforçar a política de asilo e de migração.	Eslováquia (The Government of Slovakia, 2008)
	Migração	Combater a imigração ilegal; reforçar a política comum de asilo e de vistos; promover a integração dos migrantes; desenvolver a cooperação entre os países de partida e de chegada; controlar as fronteiras.	Eslovénia – <i>Taskforce on the EU Budget Reform</i> (Taskforce on the EU Budget Reform, 2007)
	Migração	Nova política de migração; controlo das fronteiras; estabelecer uma política comum em termos de repatriamento e de integração; reforçar os objectivos da Política de Vizinhança.	Espanha (The Government of Spain, 2008)
	Migração	Reforço da política comum de migração; reforço do controlo das fronteiras do espaço europeu; combater a migração ilegal.	Estónia (The Government of Estonia, 2008)
	Migração	Desenvolver uma política europeia comum de migração e de asilo; reforçar o controlo das fronteiras; combater a imigração ilegal; promover a integração dos migrantes; desenvolver uma cooperação entre os países de partida e de chegada.	França (The Government of France, 2008)
	Migração	Garantir a segurança das fronteiras; promover a inclusão social dos migrantes legais; lidar com as causas principais de migração, para que de futuro se possam evitar eventuais crises.	Grécia (The Government of Greece, 2008)
	Migração	Reforçar a política de migração e de asilo.	Holanda (Ministry of Foreign Affairs of the Netherlands, 2008)
Migração	Apoiar a cooperação entre os países de partida e de chegada.	Hungria (The Government of Hungary, 2008)	
Migração	Criação de uma política europeia comum de migração; promover a integração dos migrantes no espaço europeu; reforçar o controlo das fronteiras.	Itália (Government of Italy, 2008)	

(Continuação)

Tema	Tendência / Desafio	Políticas da UE e ligação ao orçamento da UE	Referências
3.5. Migrações	Migração	Reforço das políticas de asilo e de migração; reforço da protecção das fronteiras.	Letónia (The Government of Latvia, 2008)
	Migração	Criação de uma política eficiente de migração; reforço da protecção das fronteiras.	Lituânia (The Government of the Republic of Lithuania, 2008)
	Migração	Reforçar a política de migração e de asilo; reforçar o controlo das fronteiras.	Malta (The Government of Malta, 2008)
	Migração	Reforçar a gestão das fronteiras, a política de vistos e de livre circulação, e a política de asilo.	Portugal (Ministério dos Negócios Estrangeiros – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, 2008)
	Migração	Promover a capacidade de atrair e reter as “skills” altamente qualificadas; reforçar o controlo das fronteiras; combater a imigração ilegal e o tráfico humano, e por conseguinte, os traficantes e os contrabandistas que beneficiam disso.	Reino Unido (Cabinet Office and the Foreign & Commonwealth Office of United Kingdom, 2007)
	Migração	Combater a pobreza; promover a estabilidade, a democracia e os direitos humanos.	República Checa (The Government of the Czech Republic, 2008)
	Migração	Combater a migração ilegal; prevenir problemas com o racismo e a xenofobia; reforçar o controlo das fronteiras.	Roménia (The Government of Romania, 2008)
	Migração	Reforçar a política de asilo e de migração.	Suécia (Prime Minister's Office – Sweden, 2008)
3.6. Alterações Demográficas	Alterações demográficas	A Política de Coesão deve passar a ter em conta este fenómeno, de modo a tornar as regiões mais atractivas, tanto a nível do emprego como do crescimento económico; consolidar as finanças públicas de todos os Estados-Membros, aplicando o princípio da disciplina orçamental a todos os orçamentos públicos; evitar no futuro contribuições líquidas excessivas para o sistema financeiro da UE.	Alemanha (German Government, 2008)
	Alterações demográficas	Promover o crescimento e melhores empregos; promover a inclusão social e a protecção social; promover a não discriminação.	Áustria (The Government of Austria, 2008)
	Envelhecimento da população	Promover a renovação demográfica, vidas activas mais longas e com melhor qualidade, a integração de migrantes, bem como a sustentabilidade das finanças públicas; criar uma Europa mais produtiva e dinâmica. Promover a inclusão social; combater a discriminação; promover parcerias para a reforma do mercado de trabalho.	Comissão Europeia (2007 b, 2006)
	Alterações demográficas e redução da população	-	Comissão Europeia (2007 c)
	Envelhecimento da população	-	Comissão Europeia – BEPA – Vítor Gaspar (Gaspar, 2007)
	Demografia e Alterações demográficas	-	Comissão Europeia – Danuta Hubner (Hubner, 2007 c, a)
	Alterações demográficas	As autoridades locais e regionais devem ver reconhecido o seu papel na implementação de medidas de adaptação aos efeitos das alterações demográficas.	Comité das Regiões (Committee of the Regions, 2008)

(Continuação)

Tema	Tendência / Desafio	Políticas da UE e ligação ao orçamento da UE	Referências
3.6. Alterações Demográficas	Envelhecimento da população	Resolver este problema com soluções que não passem só pela imigração, porque só isto não chega.	Eslovénia - <i>Taskforce on the EU Budget Reform</i> (Taskforce on the EU Budget Reform, 2007)
	Envelhecimento da população	Promover políticas de protecção e de inclusão social, baseadas nos princípios da flexi-segurança e das orientações ou directrizes para o emprego.	Espanha (The Government of Spain, 2008)
	Envelhecimento da população	-	Estónia (The Government of Estonia, 2008)
	Envelhecimento da população	Promover a renovação demográfica e a sustentabilidade das finanças públicas dos Estados-Membros, devido ao envelhecimento actual da Europa e dos crescentes custos com pensões e saúde; combater a pobreza, a exclusão, o desemprego e o chamado "working poor".	França (The Government of France, 2008)
	Alterações demográficas	-	Holanda (Ministry of Foreign Affairs of the Netherlands, 2008)
	Envelhecimento da população	-	Hungria (The Government of Hungary, 2008)
	Alterações demográficas	-	Lituânia (The Government of the Republic of Lithuania, 2008)
	Envelhecimento da população	-	Portugal – Teixeira dos Santos – Ministro de Estado e das Finanças de Portugal (Teixeira dos Santos, Fernando – Ministro de Estado e das Finanças de Portugal, 2008)
	Envelhecimento da população	-	Portugal (Ministério dos Negócios Estrangeiros – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, 2008)
	Desequilíbrios demográficos	-	Portugal – José Sócrates – PM de Portugal (Sócrates, José – Primeiro-Ministro de Portugal e Presidente do Conselho Europeu, 2007)
	Alterações demográficas	Promover um modelo social moderno, que combine a flexibilidade, a segurança e a equidade; proteger a empregabilidade, através do fornecimento de seguros, de competências e formação, de ajuda ao desemprego e do cuidar de crianças, e de criação de condições para a manutenção de emprego mais qualificado.	Reino Unido (Cabinet Office and the Foreign & Commonwealth Office of United Kingdom, 2007)
	Envelhecimento da população	Reformar os sistemas europeus de pensões e de saúde.	República Checa (The Government of the Czech Republic, 2008)
	Envelhecimento da população	Criar uma economia baseada no conhecimento e no dinamismo; promover a estabilidade macro-económica a médio e longo prazo; promover a aprendizagem ao longo da vida; promover o capital humano; melhorar as condições de vida.	Roménia (The Government of Romania, 2008)

(Continuação)

Tema	Tendência / Desafio	Políticas da UE e ligação ao orçamento da UE	Referências
3.7. Desenvolvimento Tecnológico	I&D	Reforçar a competitividade a nível da educação, e das áreas de investigação, essencialmente através da inovação.	Alemanha (German Government, 2008)
	TIC	Promover a adesão às novas tecnologias; desenvolver os conceitos de “e-borders” e de “e-justice”.	Alemanha (German Government, 2008)
	TIC	Melhorar a área científica e tecnológica; promover a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação. Combater o <i>gap</i> tecnológico e digital no seio da UE.	Chipre (The Government of Cyprus, 2008)
	Mudança tecnológica e inovação	-	Comissão Europeia – BEPA – Vítor Gaspar (Gaspar, 2007)
	Investigação e desenvolvimento tecnológico	-	Comissão Europeia – Dalia Grybauskaitė (Grybauskaitė, 2007)
	TIC	Competir a nível das tecnologias emergentes.	Comissão Europeia – Danuta Hubner (Hubner, 2007 a)
	Mudança e desafios tecnológicos	-	Comité das Regiões (Committee of the Regions, 2008)
	Espaço	Desenvolver uma política espacial, de modo a promover a eficiência económica, empregos altamente qualificados, e avanços nos serviços e aplicações.	Conselho Europeu (Conselho da União Europeia, 2007)
	TIC	Impedir o atraso em termos de inovação em tecnologia de ponta, que funciona como motor de competitividade, face aos EUA, Japão, Índia, China, etc; realização de investimentos em I&D e educação; tornar a economia europeia numa economia baseada no conhecimento.	Eslovénia – <i>Taskforce on the EU Budget Reform</i> (Taskforce on the EU Budget Reform, 2007)
	“Lisbonização”	Aumentar a alocação de fundos para a criação de capacidades na área da Ciência e Inovação – tecnológica e não-tecnológica – e para corresponder às necessidades tecnológicas das PME's, com especial ênfase em investigação básica, mobilidade de recursos humanos em I&D&i, infra-estruturas tecnológicas, inovação (através de um reforço do Programa para a Competitividade e Inovação), I&D&i em PME's e I&D&i na área do ambiente e da energia. Estender o conceito de excelência de forma a que seja aplicável a países que demonstrem melhorias na sua capacidade científica e tecnológica, e dos instrumentos associados a esse conceito, de forma a alargar a base tecnológica na UE.	Espanha (The Government of Spain, 2008)
	Espaço	Reforço da política espacial, a qual promove a base tecnológica da Europa, e desta forma, permite oferecer serviços inovadores (telecomunicações, posição geoestratégica, observação da Terra) e satisfazer necessidades comuns (conhecimento do clima, gestão de crises, e vigilância do espaço).	França (The Government of France, 2008)
	TIC	Reduzir o atraso tecnológico face aos EUA, Japão, China e Índia, através da investigação e desenvolvimento tecnológico.	Grécia (The Government of Greece, 2008)
	Convergência e difusão de tecnologias	Promover a investigação e desenvolvimento tecnológico.	Portugal (Ministério dos Negócios Estrangeiros – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, 2008)

(Continuação)

Tema	Tendência / Desafio	Políticas da UE e ligação ao orçamento da UE	Referências
3.7. Desenvolvimento Tecnológico	TIC	Criação de uma sociedade europeia baseada na tecnologia, informação e comunicação.	Reino Unido (Cabinet Office and the Foreign & Commonwealth Office of United Kingdom, 2007)
	TIC	Adopção de novas tecnologias e novos métodos de comunicação.	República Checa (The Government of the Czech Republic, 2008)
3.8. Recursos Naturais	Aumento dos preços dos produtos agrícolas	Garantir a qualidade e a segurança alimentar; garantir a protecção dos consumidores.	Chipre (The Government of Cyprus, 2008)
	Aumento da corrida aos recursos	Ajustar às mudanças estruturais.	Comissão Europeia (2007 b)
	Agricultura Sustentável e Segurança Alimentar	A Europa deve ter uma agricultura sustentável, diversificada, competitiva e moderna, que assegure a segurança e a preferência alimentar europeia e mantenha a respectiva presença no comércio mundial. Deve ser dado o apoio necessário à agricultura de forma a que ela se torne num instrumento para a melhoria da qualidade de vida, preservando a das futuras gerações e contribuindo para a luta contra o aquecimento global, a preservação do ambiente e da biodiversidade e a qualidade da vida rural na Europa.	Comité das Regiões (Committee of the Regions, 2008)
	Aumento dos preços dos produtos alimentares	Adaptar a PAC às novas condições mundiais.	Finlândia (The Government of Finland - Ministry of Finance, 2008)
	Abastecimento e Segurança Alimentar	Garantir o abastecimento e a segurança alimentar.	França (The Government of France, 2008)
	Aumento dos preços dos produtos agrícolas	Assegurar a actividade de produção agrícola nos territórios frágeis.	França – Nicolas Sarkozy – Presidente da República Francesa (Sarkozy, Nicolas – Presidente da República Francesa, 2008)
	Segurança Alimentar	Redireccionar a PAC para a segurança alimentar e para a protecção do consumidor;	Grécia (The Government of Greece, 2008)
	Alimentação	Orientar a PAC para os desafios do futuro, promovendo a competitividade e a inovação; promover a segurança alimentar, o bem-estar animal, e a protecção do ambiente.	Holanda (Ministry of Foreign Affairs of the Netherlands, 2008)
	Produção agrícola de qualidade	Tornar a agricultura europeia mais competitiva e garantir uma produção agrícola de elevada qualidade; assegurar a protecção ambiental, a protecção dos consumidores e a segurança alimentar; promover o desenvolvimento de bio-energias.	Itália (Government of Italy, 2008)
	Limitação dos recursos naturais e alimentares	Promover a competitividade a nível das matérias-primas e dos produtos agrícolas; assegurar a segurança e uma elevada qualidade alimentar.	Lituânia (The Government of the Republic of Lithuania, 2008)
	Aumento da procura e do preço dos produtos alimentares	A PAC deve reforçar a suficiência alimentar do espaço europeu, deve melhorar a competitividade, e incluir a vertente económica e social das zonas rurais.	Luxemburgo (Grand-Duché de Luxembourg – Ministère des Affaires étrangères, 2008)
	Qualidade Alimentar	Garantir a saúde pública; garantir a segurança e a qualidade alimentar; prevenção de epidemias.	Polónia (Government of Poland, 2008)

(Continuação)

Tema	Tendência / Desafio	Políticas da UE e ligação ao orçamento da UE	Referências
3.8. Recursos Naturais	Crescimento generalizado dos preços dos produtos alimentares	Reforçar o aprovisionamento alimentar da Europa, devido ao aumento das aleatoriedades climáticas, que em conjunto com a globalização, provocam um aumento de epidemias e epizootias.	Portugal (Ministério dos Negócios Estrangeiros – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, 2008)
	Desigualdade do espaço europeu a nível agrícola	Reforçar a PAC e ter em conta as características dos novos membros; reduzir as desigualdades do espaço europeu a nível agrícola.	Roménia (The Government of Romania, 2008)
	Aumento dos preços dos produtos agrícolas	Realizar reformas na PAC, de modo a adaptar às novas condições mundiais e ter em conta as questões ambientais.	Suécia (Prime Minister's Office – Sweden, 2008)
3.9. Presença e Papel da UE no Mundo	Relações externas	Estabelecimento de um Serviço Europeu de Acção Externa; reforçar a UE como um “jogador” global.	Bulgária (Ministry of Foreign Affairs of Bulgaria, 2008)
	Estabilização da paz	Promover esforços para criar uma vizinhança estável e próspera, para um multilateralismo eficaz, para os direitos humanos, e para o Estado de Direito.	Comissão Europeia (2007 b)
	Acções externas da União	Promoção de valores e interesses Europeus no mundo	Comissão Europeia – Dalia Grybauskaitė (Grybauskaitė, 2007)
	Ambições da UE como actor global	Contribuir para a paz, estabilidade, justiça social e prosperidade para lá das fronteiras da UE.	Comissão Europeia – Durão Barroso (Barroso, 2007)
	Relações externas	Continuar com a Política Europeia de Vizinhança e levar a cabo projectos conjuntos com parceiros mais distantes. As relações externas da União devem ter cada vez mais em conta as contribuições transnacionais e desconcentradas das autoridades locais e regionais. Deve ser colocado ênfase na cooperação transfronteiriça tendo em conta a sua importância como uma forma de consolidar a paz, identificando e estabelecendo objectivos e valores comuns e promovendo a coesão territorial.	Comité das Regiões (Committee of the Regions, 2008)
	Relações externas	Reforçar a cooperação entre a UE e os seus parceiros; promover uma estratégia entre UE e África, de modo a promover, nesses países, a paz, estabilidade, prosperidade, democracia, direitos humanos, e concretização dos Objectivos do Milénio; reforço da Política de Vizinhança; intervir em situações de fragilidade.	Conselho Europeu (Conselho da União Europeia, 2007)
	Países Vizinhos	Promover a assistência no seu desenvolvimento e à sua pré-adesão ao espaço da UE.	Eslovénia – <i>Taskforce on the EU Budget Reform</i> (Taskforce on the EU Budget Reform, 2007)
	Ajuda humanitária	Melhorar o seu financiamento.	Estónia (The Government of Estonia, 2008)
	Estabilidade da paz	Promover a estabilidade e a paz nos países vizinhos da Europa, reforçando a Política Europeia de Vizinhança.	França (The Government of France, 2008)
	Gestão de crises e Política de Vizinhança	Promover a prevenção e melhor gestão de crises; reforçar a Política de Vizinhança e a PESC.	Grécia (The Government of Greece, 2008)
Países vizinhos e terceiros	Promover a democracia e os direitos humanos; apoiar o desenvolvimento dos países vizinhos; combater as tensões e evitar conflitos nos países vizinhos e terceiros.	Hungria (The Government of Hungary, 2008)	

(Continuação)

Tema	Tendência / Desafio	Políticas da UE e ligação ao orçamento da UE	Referências
3.9. Presença e Papel da UE no Mundo	Assuntos externos	Reforço da PESC.	Hungria (The Government of Hungary, 2008)
	Política Externa	-	Portugal – Teixeira dos Santos – Ministro de Estado e das Finanças de Portugal (Teixeira dos Santos, Fernando – Ministro de Estado e das Finanças de Portugal, 2008)
	Estabilização da paz	Promover a segurança/paz e estabilidade nos países vizinhos e noutros (Balcãs, Médio Oriente, etc.); promover uma dimensão dinâmica nos processos de adesão.	Reino Unido (Cabinet Office and the Foreign & Commonwealth Office of United Kingdom, 2007)
3.10. Pobreza e Polarização Social	Objectivos do Milénio	Promover a cooperação no desenvolvimento; combater a pobreza mundial; e promover a protecção climática e a biodiversidade a nível internacional.	Alemanha (German Government, 2008)
	Pobreza mundial	Lutar contra este fenómeno.	Comissão Europeia (2007 b)
	Polarização e exclusão social	-	Comissão Europeia – Danuta Hubner (Hubner, 2007 a)
	Pobreza	Melhorar a situação social dos europeus que vivem no limiar da pobreza e aumentar as oportunidades deles arranjam melhores empregos.	Comissão Europeia – Danuta Hubner (Hubner, 2007 b)
	Pobreza mundial	Combater este fenómeno.	Escócia (The Scottish Government, 2008)
	Objectivos do Milénio	Promover a defesa dos direitos humanos; combater a pobreza; apoiar o desenvolvimento e o crescimento dos países menos desenvolvidos.	Eslovénia – <i>Taskforce on the EU Budget Reform</i> (Taskforce on the EU Budget Reform, 2007)
	Pobreza e marginalização	Combater a marginalização, a pobreza, o racismo e a xenofobia;	Grécia (The Government of Greece, 2008)
	Pobreza mundial	Combater a pobreza do mundo, nomeadamente a fome.	Itália (Government of Italy, 2008)
	Pobreza mundial	Combater a pobreza mundial e promover o desenvolvimento e o crescimento económico dos países menos desenvolvidos, de modo a alcançar os Objectivos do Milénio.	Reino Unido (Cabinet Office and the Foreign & Commonwealth Office of United Kingdom, 2007)
	Pobreza mundial	Contribuir para a redução deste fenómeno, através da promoção do desenvolvimento e da ajuda humanitária nos países mais desfavorecidos.	Suécia (Prime Minister's Office – Sweden, 2008)
3.11. Emergência de novas Economias	Economias asiáticas emergentes	O imperativo económico será a capacidade de antecipar e facilitar a mudança, para ajudar a minimizar os custos da mudança e, ao mesmo tempo, ser um factor indutor dessa mesma mudança. Por estas razões, devem ser tomadas quanto antes medidas antecipadas para equipar e preparar as pessoas e as regiões para a mudança.	Comissão Europeia (2007 c)
	Emergência de novas economias	-	Comissão Europeia – Danuta Hubner (Hubner, 2007 a)

(Continuação)

Tema	Tendência / Desafio	Políticas da UE e ligação ao orçamento da UE	Referências
3.11. Emergência de novas Economias	Emergência de novas economias	-	Conselho Europeu (Conselho da União Europeia, 2007)
	Emergência de novas economias	-	Eslovénia – <i>Taskforce on the EU Budget Reform</i> (Taskforce on the EU Budget Reform, 2007)
	Emergência de novas economias	-	França – Nicolas Sarkozy – Presidente da República Francesa (Sarkozy, Nicolas – Presidente da República Francesa, 2008)
	Emergência de novas economias	-	Grécia (The Government of Greece, 2008)
	Emergência de novas economias	-	Holanda (Ministry of Foreign Affairs of the Netherlands, 2008)
	Mundo multipolar	-	Portugal – Teixeira dos Santos – Ministro de Estado e das Finanças de Portugal (Teixeira dos Santos, Fernando – Ministro de Estado e das Finanças de Portugal, 2008)
	Emergência de novas economias	-	Portugal (Ministério dos Negócios Estrangeiros – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, 2008)
	Emergência de novas economias	Promover a competitividade e crescimento, através da inovação; aproveitar as potencialidades dos grandes mercados emergentes. Criação de incentivos para a inovação.	Reino Unido (Cabinet Office and the Foreign & Commonwealth Office of United Kingdom, 2007)
3.12. Alargamentos da União Europeia	Alargamento da UE	-	Conselho Europeu (Conselho da União Europeia, 2007)
	Alargamento da UE	-	Eslovénia – <i>Taskforce on the EU Budget Reform</i> (Taskforce on the EU Budget Reform, 2007)
	Alargamento da UE	Garantir os recursos necessários para a pré-adesão.	Estónia (The Government of Estonia, 2008)
	Alargamento da UE	-	Holanda (Ministry of Foreign Affairs of the Netherlands, 2008)
	Alargamento da UE	-	Lituânia (The Government of the Republic of Lithuania, 2008)

(Continuação)

Tema	Tendência / Desafio	Políticas da UE e ligação ao orçamento da UE	Referências
3.13. Outras	Doenças e Infecções	Coordenar a protecção e o combate às doenças e infecções; garantir a segurança da saúde dos cidadãos europeus.	Alemanha (German Government, 2008)
	Turismo	Promover um turismo europeu sustentável e competitivo.	Conselho Europeu (Conselho da União Europeia, 2007)
	Aumento das doenças e da sua propagação	Combater as doenças.	França (The Government of France, 2008)
	Turismo	Reforço da cooperação em termos do turismo a nível europeu.	Grécia (The Government of Greece, 2008)
	Alteração das preferências dos consumidores	-	Lituânia (The Government of the Republic of Lithuania, 2008)
	Fragmentação geopolítica	-	Portugal (Ministério dos Negócios Estrangeiros – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, 2008)
	Mar	Maior preocupação com as questões ligadas ao mar, devido ao aumento da importância na componente da investigação marinha, bem como da componente marítima ligada à energia e alterações climáticas, e ao transporte marítimo.	Portugal (Ministério dos Negócios Estrangeiros – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, 2008)
	Pandemias e gripes aviárias	Tomada de medidas para combater estes acontecimentos; reforçar a cooperação com a OMS, e a participação no Grupo Global da Segurança da Saúde.	Reino Unido (Cabinet Office and the Foreign & Commonwealth Office of United Kingdom, 2007)

REFERÊNCIAS

Arriaga e Cunha, Isabel (2007): "PAC e retribuição orçamental do Reino Unido em análise - Comissão Europeia lança reflexão 'sem tabus' sobre orçamento comunitário do futuro", Público, consultado a 13 de Setembro de 2007 e disponível em: <http://www.publico.clix.pt/print.asp?id=1304787>, 13 de Setembro.

Banco Mundial (2007): "A pobreza cai abaixo de 1 bilhão, afirma o Banco Mundial", News Release No: 2007/159/DEC, consultado a 22 de Julho de 2008 e disponível em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:21299926~pagePK:64257043~piPK:437376~theSitePK:4607,00.html>, Washington, 15 de Abril.

Barroso, José Manuel Durão (2007): "Making the right choices for Europe – Introduction by President Barroso", Press conference on the launch of the budget review, consultado a 7 de Julho de 2008 e disponível em: http://ec.europa.eu/commission_barroso/president/pdf/speaking_points_budget_en.pdf, 12 de Setembro.

Begg, Iain (2007): "Improving the Rationale and the Political Decision Process – The 2008/9 EU Budget Review", comunicação na Reunião Interparlamentar dos Presidentes das Comissões de Orçamento e Finanças dedicada ao tema "Recursos Próprios e Financiamento de Políticas da UE", Assembleia da República, consultado a 7 de Julho de 2008 e disponível em: http://www.presidenciaue.parlamento.pt/ingles/documentos/COF/lisbon_begg.pdf, Lisboa, 5 de Novembro.

Bertoncini, Yves and Steinacher, Lisa (2007): "Le budget de l'Union européenne: les principaux enjeux de la révision de 2008-2009", Centre d'analyse stratégique, 27 de Junho.

Cabinet Office and the Foreign & Commonwealth Office of United Kingdom (2007): "Global Europe – Meeting the economic and security challenges", consultado a 6 de Setembro de 2008 e disponível em <http://www.fco.gov.uk/resources/en/pdf/pdf1/global-europe>, Outubro.

Choo, Chun Wei (2001): "Environmental scanning as information seeking and organizational learning", Information Research, Vol. 7 No. 1.

Comissão Europeia (2006): "Proposal for a regulation of the European Parliament and of the Council establishing the European Globalisation adjustment Fund", Bruxelas.

Comissão Europeia (2007 a): "Mecanismo de recursos próprios", consultado a 3 de Julho de 2008 e disponível em: <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l34011.htm>, 4 de Setembro.

Comissão Europeia (2007 b): “Reformar o orçamento, mudar a Europa – documento de consulta pública com vista à reapreciação orçamental de 2008-2009”, Comunicação da Comissão, consultado a 16 de Julho de 2008 e disponível em http://ec.europa.eu/budget/reform/library/issue_paper/consultation_paper_pt.pdf, 12 de Setembro, Bruxelas.

Comissão Europeia (2007 c): “Regiões em Crescimento, Europa em Crescimento – quarto relatório sobre a coesão económica e social”, consultado a 9 de Julho de 2008 e disponível em:

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/cohesion4/pdf/4cr_pt.pdf, Comunicação da Comissão, Maio.

Comissão Europeia (2008): “Sistema das Perspectivas Financeiras e do Quadro Financeiro plurianual”; consultado a 4 de Julho de 2008 e disponível em: <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l34012.htm>, 6 de Junho.

Comissão Europeia (s/ data c): “Um orçamento para o futuro”; consultado a 16 de Julho de 2008 e disponível em: http://europa.eu/abc/budget/future/index_pt.htm#build.

Comissão Europeia (s/data a): “Glossário – Orçamento”, consultado a 3 de Julho de 2008 e disponível em http://europa.eu/scadplus/glossary/budget_pt.htm.

Comissão Europeia (s/data b): “Instituições e outros órgãos da União Europeia”; consultado a 3 de Julho de 2008 e disponível em: http://europa.eu/institutions/index_pt.htm.

Committee of the Regions (2008): “Own-initiative Opinion of the Committee of the Regions – Reforming the Budget. Changing Europe”, consultado a 3 de Agosto de 2008 e disponível em:

http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080505_PGS_74.pdf, 9 de Abril, Bruxelas.

Conselho da União Europeia (2007): “Conselho Europeu de Bruxelas – Conclusões da Presidência”, consultado a 6 de Setembro de 2008 e disponível em: http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/94941.pdf, Bruxelas, 14 de Dezembro.

Emery, F.E. e Trist, E.L. (1965): “The Causal Texture of Organizational Environments”, in *Human Relations*, 1965, 18, The Tavistock Institute, pp. 21-32.

Gaspar, Vítor (2007): “On the Economics of EU Budgetary Spending”, comunicação na Reunião Interparlamentar dos Presidentes das Comissões de Orçamento e Finanças dedicada ao tema “Recursos Próprios e Financiamento de Políticas da UE”, Assembleia da República, consultado a 7 de Julho de 2008 e disponível em: <http://www.presidenciaue.parlamento.pt/COFinancas/discursos/ProfVitorGaspar.pdf>, Lisboa, 5 de Novembro.

German Government (2008): "The response of the German Government to the Commission Communication 'Reforming the budget, changing Europe'", consultado a 7 de Julho de 2008 e disponível em: http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080410_PGS_26_en.pdf, 7 de Abril.

Gordon, Theodore J. and Glenn, Jerome C. (s/data); "Environmental Scanning" in Glenn, Jerome C. and Gordon, Theodore J., (editors), "Futures Research Methodology – Version 2.0", The Millennium Project, ACUNU, Washington D.C., USA.

Government of Italy (2008): "Italy's contribution to the public consultation on the 2008/2009 Review of the European budget", consultado a 7 de Julho de 2008 e disponível em: http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080408_PGS_20_en.pdf, 8 de Abril.

Government of Poland (2008): "Poland's reply to 'A public consultation paper in view of the 2008/2009 budget review'", consultado a 8 de Julho de 2008 e disponível em: http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080409_PGS_22_en.pdf, 9 de Abril.

Government of the Republic of Cyprus (2008): "Consultation Process Conducted by the European Commission on the budget review - Contribution by the Government of the Republic of Cyprus", consultado a 11 de Julho de 2008 e disponível em: http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080612_PGS_82_en.pdf, 12 de Junho.

Government of the Republic of Poland (2008): "Poland's reply to 'A public consultation paper in view of the 2008/2009 budget review'", consultado a 8 de Julho de 2008 e disponível em: http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080409_PGS_22_en.pdf, 9 de Abril.

Grand-Duché de Luxembourg – Ministère des Affaires étrangères (2008): "Contribution luxembourgeoise à la consultation publique en vue du réexamen du budget de l'UE", consultado a 9 de Julho de 2008 e disponível em: http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080415_PGS_52.pdf, 15 de Abril.

Grybauskaitė, Dalia (2007): "Reformar o Orçamento, Mudar a Europa – A visão da Comissão Europeia sobre o Financiamento dos Recursos Próprios da União Europeia", comunicação na Reunião Interparlamentar dos Presidentes das Comissões de Orçamento e Finanças dedicada ao tema "Recursos Próprios e Financiamento de Políticas da UE", Assembleia da República, consultado a 7 de Julho de 2008 e disponível em: http://www.presidenciaue.parlamento.pt/COFinancas/discursos/Reforming_Budget_LISBON_final_PT.pdf, Lisboa, 5 de Novembro.

Hübner, Danuta (2007 a): "Regional Economies and Globalisation", discurso no Seminário "Challenges and Issues for the Spanish Treasury in the global economy", consultado a 7 de Julho de 2008 e disponível em http://ec.europa.eu/commission_barroso/hubner/speeches/pdf/santander_09072007.pdf Santander, 9 de Julho.

Hübner, Danuta (2007 b): "Structural instruments: Challenges and opportunities for the regions", discurso na conferência com o mesmo nome, consultado a 7 de Julho de 2008 e disponível em:

http://ec.europa.eu/commission_barroso/hubner/speeches/pdf/speech_romania_sibiu_130707.pdf, Sibiu – Roménia, 13 de Julho.

Hübner, Danuta (2007 c): "What future for regional policies after 2013?", discurso na conferência da CRPM (Conferência das Regiões Periféricas Marítimas) e CoR (Comité das Regiões) consultado a 7 de Julho de 2008 e disponível em http://ec.europa.eu/commission_barroso/hubner/speeches/pdf/18012008_seville.pdf, Sevilha, 18 de Janeiro.

IPAD (s/data): "Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio", consultado a 21 de Julho de 2008 e disponível em:

http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/ODM/os_objectivos_de_desenvolvimento_do_milenio.pdf.

Ministério dos Negócios Estrangeiros – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus (2008): "Reapreciação do orçamento comunitário – Contributo do Governo Português para a Consulta Pública", consultado a 11 de Julho de 2008 e disponível em:

http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080414_PGS_37_pt.pdf, Lisboa, 14 de Abril.

Ministry of Foreign Affairs of Bulgaria (2008), "Contribution of the Republic of Bulgaria to the 2008/2009 budget review", consultado a 10 de Julho de 2008 e disponível em:

http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080415_PGS_41_en.pdf, 15 de Abril.

Ministry of Foreign Affairs of the Netherlands (2008): "Response of the Netherlands to the issues paper – Dutch priorities for a modern EU budget", consultado a 8 de Julho de 2008 e disponível em:

http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080414_PGS_32_contrib_en.pdf, Abril.

Prime Minister's Office – Sweden (2008): "Reforming the Budget, Changing Europe – Sweden's response to the Commission Communication", consultado a 9 de Julho de 2008 e disponível em:

http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080615_PGS_87.pdf, 15 de Junho.

Republic of Lithuania (2008): "Position paper of the Republic of Lithuania on EU budget review", consultado a 10 de Julho de 2008 e disponível em: http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080411_PGS_30_en.pdf, Vilnius, 31 de Março.

Sarkozy, Nicolas – Presidente da República Francesa (2008): "Allocution de M. Le Président de la République a l'occasion de l'Inauguration du 45e Salon International de l'Agriculture", consultado a 6 de Setembro de 2008 e disponível em http://www.elysee.fr/documents/index.php?mode=cview&cat_id=7&press_id=1085&lang=fr, Paris, 23 de Fevereiro.

Schwarz, J. O. (2005): "Pitfalls in implementing a strategic early warning system (SEWS)", Foresight, Vol. 7 N.º. 4, 2005, pp. 22-30.

Sócrates, José – Primeiro-Ministro de Portugal e Presidente do Conselho Europeu (2007), intervenção no IV Fórum da Coesão, consultado a 6 de Setembro de 2008 e disponível em: http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/presentation_socrates_pt.pdf, 28 de Setembro, Bruxelas.

Taskforce on the EU Budget Reform (2007): "EU budget review: An Opportunity for a Thorough Reform or Minor Adjustments?", Executive Summary of the Final Report of the EU Budget Reform Taskforce (coord.: Mojmir Mrak), consultado a 7 de Julho de 2008 e disponível em: http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/o/20071218_O_1_FR_en.pdf, Outubro.

Teixeira dos Santos, Fernando – Ministro de Estado e das Finanças de Portugal (2008): "Encerramento da Conferência 'Reformar o Orçamento, Mudar a Europa'", intervenção em conferência no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG-UTL), consultado a 6 de Setembro de 2008 e disponível em: http://www.min-financas.pt/discursos/int_MF_20080229.pdf, Lisboa, 29 de Fevereiro.

The Danish Government (2008): "The Danish Government's contribution to the 2008/2009 Budget Review"; consultado a 9 de Julho de 2008 e disponível em: http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080415_PGS_42_en.pdf, 14 de Abril.

The Government of Austria (2008): "EU Budget, Review 2008/2009 - The Austrian Federal Government's Contribution to the Consultation Process", consultado a 9 de Julho de 2008 e disponível em: http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080411_PGS_31_en.pdf, 22 de Abril.

The Government of Cyprus (2008): "Consultation process conducted by the European Commission on the budget review – Contribution by the Government of the Republic of Cyprus", consultado a 11 de Julho de 2008 e disponível em: http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080612_PGS_82_en.pdf, 12 de Junho.

The Government of Estonia (2008): "Contribution the Government of Estonia on the EU budget review consultation", consultado a 11 de Julho de 2008 e disponível em: http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080415_PGS_47.pdf, 15 de Abril.

The Government of Finland (Ministry of Finance) (2008): "Contribution of the Finnish Government to the Communication from the Commission 'Reforming the budget, changing Europe, a public consultation paper in view of the 2008/2009 budget review' SEC(2007) 1188 final, Brussels 12 September 2007", consultado a 9 de Julho de 2008 e disponível em: http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080415_PGS_44_en.pdf, 11 de Abril.

The Government of France (2008): "France's Contribution to the Public Consultation on 'Reforming the Budget, Changing Europe'", consultado a 8 de Julho de 2008 e disponível em: http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080522_PGS_78_en.pdf, 22 de Maio.

The Government of Greece (2008): "Reforming the budget – changing Europe", consultado a 9 de Julho de 2008 e disponível em: http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080415_PGS_50_en.pdf, 15 de Abril.

The Government of Hungary (2008): "Answers of the Government of Hungary to the questions of the commission raised in its communication 'Reforming the budget, changing Europe'", consultado a 10 de Julho de 2008 e disponível em: http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080401_PGS_16_en.pdf, 2 de Abril.

The Government of Latvia (2008): "Opinion of Latvia about the Communication from the European Commission 'Reforming the Budget, Changing Europe' – a public consultation paper in view of the EU budget review in 2008/2009", consultado a 10 de Julho de 2008 e disponível em: http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080414_PGS_36_en.pdf, 14 de Abril.

The Government of Malta (2008): "EU Budget Review – Contribution by Malta", consultado a 11 de Julho de 2008 e disponível em: http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080626_PGS_91.pdf, 26 de Junho.

The Government of Romania (2008): "Romanian Government contribution to the public consultation process on the EU budget review", consultado a 11 de Julho de 2008 e disponível em:

http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080417_PGS_69_en.pdf,
17 de Abril.

The Government of Slovakia (2008): "Answers of the Government of Slovakia to the questions of the Commission raised in its communication 'Reforming the budget, changing Europe'", consultado a 10 de Julho de 2008 e disponível em:
http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080414_PGS_34_en.pdf,
Bratislava, 8 de Abril.

The Government of Spain (2008): "Reply to the issues paper on the policies and budget review", consultado a 7 de Julho de 2008 e disponível em:
http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080613_PGS_84_en.pdf,
13 de Junho.

The Government of the Czech Republic (2008): "Contribution of the Czech Republic to the debate on EU budget review", consultado a 11 de Julho de 2008 e disponível em:
http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080603_PGS_79.pdf, 3
de Junho.

The Government of the Republic of Lithuania (2008): "Position paper of the Republic of Lithuania on EU budget review", consultado a 10 de Julho de 2008 e disponível em:
http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080411_PGS_30_en.pdf,
31 de Março.

The Scottish Government (2008): "The EU Budget Review: The Scottish Government's Response", consultado a 9 de Julho de 2008 e disponível em:
http://ec.europa.eu/budget/reform/library/contributions/pgs/20080709_PGS_92.pdf, 30
de Junho.